Recensões

FEINER, Johannes, LÖHRER, Magnus e outros: *Mysterium Salutis. Compêndio de Dogmática Histórico-Salvífica. Teologia Fundamental. Vol. I/3 Revelação e Igreja.* Tradução do original alemão de Belchior Cornélio da Silva, 269 pp., 23 x 16 cm, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1971.

É com satisfação que apresentamos a nossos leitores este terceiro tomo do volume I de *Mysterium Salutis*. Do tomo 2.^o já se fez uma brevíssima apreciação em *Perspectiva Teológica* n.^o 6 (1972) p. 162. *Mysterium Salutis* é uma obra planejada em 5 volumes na edição original alemã. Na edição brasileira, porém, terá 24 tomos.

Mysterium Salutis é uma espécie de *Suma Teológica* com os temas fundamentais da religião cristã. É o resultado de profundas pesquisas de teólogos de vários países, todos especialistas na matéria, aparecendo como fruto de 25 anos de reflexão teológica das nações de língua alemã, principalmente de Karl Rahner e Hans Urs von Balthasar, sendo que a este último é dedicado o primeiro volume como homenagem ao 60.^o aniversário de nascimento. Para a composição da obra buscou-se uma ampla colaboração de exegetas para que à reflexão dogmática se juntasse a contribuição fundamental da teologia bíblica. Além disso procurou-se dar um retrato fiel da problemática teológica atual, apresentando o modo de pensar e de se exprimir da teologia contemporânea. A obra tem como base a história da salvação, e, embora essencialmente católica, ela vai ao encontro da teologia evangélica de hoje, aproveitando as idéias e os ideais da teologia nascida da Reforma.

O plano da obra encontrou grande receptividade, e os editores e seus colaboradores sentiram-se encorajados pelo desejo expresso pelo Prof. D. K. E. Skydsgaard, observa-

dor da Conferência Mundial Luterana junto ao Concílio Vaticano II, em sua alocução a Paulo VI, em nome de todos os observadores, na 2.^a sessão conciliar, quando ele dizia ao Papa que a teologia católica devia orientar-se para a história da salvação mais do que o vinha fazendo até então. Paulo VI acolheu a proposta com muita simpatia e sugeriu que se fundasse em Jerusalém um instituto para os estudos da história da salvação, em colaboração com todas as confissões cristãs do Oriente e do Ocidente.

Pelo fato de *Mysterium Salutis* contar com a colaboração de muitos autores, todos eles especialistas no seu determinado ramo, poderia haver o perigo de nos apresentarem complexas monografias mais ou menos desconexas. Para evitar esse perigo, os editores mantiveram-se em contato frequente com os colaboradores, garantindo a unidade do seu conjunto. O título *Mysterium Salutis* foi mantido em língua latina para que se apresentasse uniforme em todas as traduções das mais diferentes línguas.

O 3.^o tomo (vol. I) da tradução brasileira corresponde ao cap. IV do original, pp. 497-787, e leva o título "A Presencialização da Revelação pela Igreja". Divide-se em 4 partes:

I — Revelação e Igreja — Igreja e Revelação (por Johannes Feiner; na folha de rosto ocorre por engano o nome de Johannes Pries; leia-se Johannes Feiner)

II — Os encarregados de transmitir a revelação (por Magnus

Löhner). Os Santos Padres (por Basil Studer)

III — Os modos de executar a transmissão da revelação (por Alois Stenzel)

Querigma e dogma (por Karl Rahner e Karl Lehmann)

A arte cristã e a pregação (por Hans Urs von Balthasar)

IV — Historicidade da mediação (por Karl Rahner e Karl Lehmann).

Nesta 4.^a parte Rahner e Lehmann estudam bastante bem, embora de modo muito reduzido, a problemática do desenvolvimento dos dogmas, visto na Sagrada Escritura, na história da fé e na pró-

pria problemática da história do conceito do ser.

Mysterium Salutis é uma obra cuja leitura se recomenda aos estudantes bem como aos professores de teologia, para os que já concluíram seus estudos teológicos, e mas que necessitam de uma reciclagem de teologia atual, para os sacerdotes que devem pregar aos fiéis o grande mistério da salvação, e não por último para os leigos desejosos de cultura religiosa. Fazemos votos que a obra se encontre nas bibliotecas de todas as escolas e institutos de ciências religiosas, para que muitos a possam ler para uma melhor reflexão teológica no Brasil.

Herbert E. Wetzel

HIPÓLITO DE ROMA: Tradição Apostólica de Hipólito de Roma. Liturgia e Catequese em Roma no século III. Tradução da versão latina e notas por Maria da Glória Novak. Introdução de Maucyr Gibin, S. S. S. Em apêndice: **Textos Catequético-litúrgicos de São Justino Mártir.** Tradução de Frei Alberto Beckhäuser, OFM. (Col. Fontes da Catequese/4), 99 pp., 21 x 14 cm, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1971.

Com a publicação deste livro, bem como com a publicação de toda a coleção Fontes da Catequese, a Editora Vozes está contribuindo eficazmente para a difusão da leitura dos Santos Padres no Brasil. É uma tarefa digna e muito meritória, e fazemos votos que o público leitor brasileiro possa compreender cada vez melhor a importância dos Santos Padres na vida cristã de nossos dias.

Tradição Apostólica é o livro que talvez despertou mais interesse entre os escritos de Hipólito de Roma. O autor é uma das personalidades mais discutidas no cristianismo primitivo. Nasceu pelos anos 170-175, seguiu a carreira dos estudiosos, e foi discípulo de Irineu de Lion. Em Roma foi um dos diretores mais eruditos da escola romana. Era zelosíssimo na defesa da doutrina cristã e da verdadeira tradição apostólica contra os herejes. Por esse e por outros motivos entrou em conflito com os papas Zeferino e Calixto, tornando-se o primeiro antipapa da história. Na perseguição de Maximino o papa

Calixto e o antipapa Hipólito foram desterrados para a ilha da Sardenha. Hipólito reconciliou-se com o papa e ambos morreram mártires da fé pelo ano 235.

Excetuando a Didaqué, a Tradição Apostólica (apostollké paradosis) é a Constituição Eclesiástica mais importante da antiguidade. Foi escrita pelos anos 215, e contém não apenas um ritual da liturgia romana. Ela pretende transmitir a tradição da Igreja. Divide-se em três partes:

1 — Constituição da comunidade em seus aspectos hierárquicos, sação e eleição dos bispos, ordenação de pessoas que desempenham uma função dentro da comunidade cristã (presbíteros, diáconos, exorcistas, leitores, etc.), cfr. n.º 2-32.

2 — Iniciação cristã: catecumenato, noite pascal, cfr. n.º 32-58.

3 — Uma série de observâncias na comunidade desde a descrição da celebração eucarística até a liturgia das horas e ao sinal da cruz, cfr. n.º 60-102.

A tradução brasileira de aposto-

liké parádosis se lê com muito agrado. Além disso ela apresenta um valioso glossário dos termos mais difíceis. O livro abre com uma introdução de Maucyr Gibin sobre o autor e os seus escritos, em particular sobre a apostolíkê parádosis.

A Tradição Apostólica acrescentaram-se em apêndice na edição da Editora Vozes alguns textos catequético-litúrgicos de S. Justino, o qual escreveu "em favor dos homens de todas as nações que injustamente são odiados e perseguidos; eu, um destes, Justino".

Justino morreu mártir, provavelmente em 165. Em sua vida teve

grande atividade literária. Dele escrevia Eusébio de Cesaréia: "Justino nos legou numerosos escritos que testemunham seu espírito culto, cheio de zelo pelas coisas divinas e de grande utilidade" (cfr. Hist. Eccl. IV 18 1). Hoje, infelizmente, quase todos os seus escritos estão perdidos.

Este livro nos apresenta alguns textos catequético-litúrgicos da Apologia I e do Diálogo com o Judeu Trifon. A tradução é de Frei Alberto Beckhäuser OFM, coordenador da Coleção "Fontes da Catequese", o que por si já é uma recomendação.

Herbert E. Wetzel

TOURNIER, PAUL: Para melhor compreender-se no matrimônio, tradução do original francês por Bertholdo Weber, 71 pp., 17 x 15 cm, Editora Sinodal, S. Leopoldo, 1972.

Um livro simples para almas simples, eis o que se pode dizer, quando se termina a leitura amena destas poucas páginas. O autor, um preocupado pelo bem-estar matrimonial, no sentido mais profundo e totalizante que se possa dar a esta frase, dedilha, com clareza, algumas idéias-mestras, como condição de possibilidade para a edificação de um matrimônio. Quando estou dizendo a palavra edificação, estou usando-a no sentido em que é percebida dentro do contexto do livro: o matrimônio é uma conquista nunca conquistada, vivendo, por isso, mergulhado numa atmosfera de busca geradora de novas experiências de encontro, no desvelamento do encontro que encontrou o casal em determinado momento da vida. Este encontro é que precisa ser acalentado, adubado, impulsionado. Do contrário, aquele encontro teria perdido sua própria definição, pois não há encontro, mas encontros que tentam expres-

sar e manifestar um encontro, vivido na experiência da opacidade... Nestas condições de possibilidade convivencial, a abordagem se fixa bastante na idéia da compreensão: O matrimônio é o lugar especializado da compreensão. Uma compreensão que é preciso querer e expressar. Uma compreensão que deve estar lastrada numa onda de coragem muito grande e consciente, como expressão do próprio ato de fé mútuo. Mas uma compreensão que não é a tipificação do outro, sua esquemática, sua imagem acabada. Pelo contrário, uma compreensão que quer atingir o outro na sua nudez, sem objetivá-lo, deixando-o sempre outro, tendo, pois, a experiência do ultrapassável. Creio que, como uma obra simples, não deixa de merecer, por parte dos casais e dos que se preparam ao matrimônio, uma atenção às idéias sobre que sempre está a falar.

José Martins Carvalho

THIELICKE, Helmut: Mosaico de Deus. Tradução do original alemão por Ilson Kaiser, 272 pp., 18 x 13 cm, Editora Sinodal, São Leopoldo, RS, Brasil, 1968.

O autor apresenta-nos a série de pregações que foi fazendo em sua Igreja, na Alemanha. Uma pregação que parte das parábolas de Je-

sus. Analisa 16 parábolas. O marcante destas pregações é a capacidade de ler as palavras do Mestre dentro de seu contexto histórico e

cultural. E, por isso mesmo, com uma translucidez de transposição que prende na leitura hoje. Em todas as parábolas o esquema de tratamento é sempre o mesmo: tenta descobrir o ponto de partida donde é possível uma intelecção racional e objetiva, sem sentimentalismos e atitudes piedosas e sem cristianismo. Depois situa a parábola dentro da situação histórica dos discípulos. E é aí que se lê toda a sua compreensão. Tanto num passo como noutra, Thielicke vai permeando as condições do mundo em que vivemos, coincidindo os fatos, embora colidindo as expressões. Não é uma obra a ser lida de um fôlego. É me-

ditação. É oração. É uma atitude de pobreza diante do mesmo Senhor que ainda continua a dirigir-nos a sua mesma eterna palavra. Continua a ser o Mestre. Por isso, todo o sabor do livro só pode ser degustado, se a gente vai com a atitude dos que têm fome e sede... por conseguinte, estão sequiosos, e querem ser preenchidos com a compreensão mais profunda de si e dos outros no mundo onde Deus nos convida a ser coirmãos, construindo um universo de amor, na esperança do descanso definitivo na comunhão com o Deus-Amor!

José Martins Carvalho

BOFF, Leonardo, Jesus Cristo Libertador. Ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo, 285 pp., 21 x 14 cm, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1972.

Pela primeira vez entre nós, no Brasil, uma obra de teologia está merecendo bem ampla discussão não só entre o clero, mas também entre leigos. Os juízos sobre essa obra variam desde os maiores elogios até a condenação total. Embora se trate de uma obra fascinante de ser lida que, à primeira vista, parece estar ao alcance de todos, pois, fundamentalmente, Cristo pertence à vida de todos os cristãos, contudo, sob alguns aspectos ultrapassa a capacidade crítica de grande parte dos leitores. Compreende-se, assim, que algumas críticas obedecem mais à paixão que à objetividade quando partem de leitores pouco familiarizados ou até alheios à atual discussão teológica.

Até há pouco tempo atrás estávamos habituados a ouvir falar de Jesus Cristo em determinada linguagem, mediante fórmulas fixas, essencialistas e ontológico-estáticas. Boff tenta apresentar o mesmo Jesus Cristo, que conhecemos desde longa data, de uma maneira nova, mais viva, existencial e dinâmica. O modo como faz isso causou em muitos leitores certo efeito de estranhamento. Alguns logo se sentiram inseguros em sua fé "tranqüila", outros se angustiaram e terceiros foram levados a olhar

Jesus Cristo de modo diferente, com mais simpatia, comprometendo-os mais na vida de fé e caridade.

Por que esse efeito de estranhamento, sobretudo em pessoas que estudaram teologia há mais tempo ou se acostumaram a um determinado estilo de catequese e pregação? Ora, quem conhece um pouco a história da teologia católica e protestante dos últimos decênios, logo perceberá que o efeito de estranhamento não é tanto devido ao que o A. diz de novo, mas antes devido ao modo como o diz. Discute a pessoa, palavra e obra de Jesus discutindo, ao mesmo tempo, o sentido da nossa vida humana. Pretende apresentar Jesus Cristo não no plano ontológico-estático (não exclui, mas pressupõe o plano ontológico), mas no plano soteriológico ou histórico-salvífico.

Para compreender o ensaio crítico de Boff é preciso saber que hoje, na teologia, se confrontam dois métodos. São dois métodos que encontram certas analogias no passado, p. ex., nas velhas escolas catequéticas de Antioquia e Alexandria. Um parte de Deus, da divindade de Cristo. O outro parte do homem. O primeiro tenta uma cristologia "de cima" e o segundo uma cristologia "debaixo". Sem

dúvida, em princípio ambos são igualmente legítimos desde que se lhes reconheçam os limites. Essa legitimidade em princípio, todavia, não significa que são igualmente adequados para toda e qualquer situação pastoral.

O primeiro método tende a acentuar mais a divindade de Cristo, partindo de sua natureza divina. Esse predominou na teologia ocidental do último milênio, para não dizer desde o concílio de Calcedônia. Mas, onde esse método for absolutizado surge o perigo de se diminuir a verdadeira e plena humanidade de Cristo. A humanidade de Cristo torna-se apenas aparente (docetismo e monofisismo de nossos dias!). Cristo é alguém muito distante dos homens, alguém que não compromete, que está no além. Este tipo de teologia, comum em nossa catequese e pregação, provocou, por um lado, uma alergia exagerada contra "humanismos" e, por outro, um fideísmo crasso na pastoral.

O segundo método tende a acentuar — como é natural — a humanidade de Cristo. Na explicitação da própria fé cristã tenta dar as razões de nossa esperança (1 Ped 3, 15), como transparece claramente nessa e em outras obras de Boff. Esse método preocupa-se com a base antropológica de nosso falar teológico. Parte da humanidade de Cristo porque nela se vislumbrou, na história concreta, sua divindade. Mas, não parte da natureza humana "em si". Procura entender o homem e Deus a partir de Jesus mesmo (p. 210), pois, Deus se fez um homem concreto, individualizado e historicamente condicionado. Pressupondo que Jesus é verdadeiro homem (e homem pleno), substancial a nós, como ensina o concílio de Calcedônia (451), a encarnação e ressurreição de Jesus, de alguma maneira, também dizem respeito a nós. Falar do homem é, então, falar de alguma forma de Deus, e falar de Deus é falar do homem. No homem o conhecimento de Deus e do homem é igualmente originário. Os limites desse método começam lá onde tenta deduzir a

divindade como simples prolongamento imediato e direto do homem, i. é, onde não mais fala de Deus, mas só do homem, onde o cristianismo é reduzido a simples humanismo, sem identidade. Isso não acontece nas grandes linhas dessa obra de Boff. Algumas vezes, contudo, poderia sugerir tal interpretação.

Boff esforça-se por apresentar Jesus Cristo como resposta e realização dos anseios do homem de hoje, mantendo, simultaneamente, a humanidade plena e verdadeira de Jesus e sua plena e verdadeira divindade. Jesus aparece como alguém perto dos homens, presente na história, de real significação para a salvação e libertação dos homens que nele crêem. O A. atende, pois, a um objetivo eminentemente pastoral de nossa situação hodierna. Faz Cristo falar para dentro de nosso tempo: "Esgotouse o prazo! O reino de Deus está entre vós. Mudai de vida e começai a crer no Evangelho!" (Mc 1, 15).

Os dois primeiros capítulos são uma introdução importante ao livro. O A. aí informa, de maneira mui sucinta, mas clara e precisa, o leitor sobre o estado da atual discussão cristológica. Com senso crítico expõe as diferentes posições na teologia protestante e católica dos últimos tempos, mostrando-se profundo conhecedor das mesmas. Afirma, p. ex., "Jesus possuía uma consciência messiânica, embora certamente não a tenha expresso por nenhum título escatológico tradicional como Messias..." (p. 25). É o Messias, mas não de tipo político, como era esperado por alguns, porque o político é apenas uma parte da realidade. Mostra a continuidade na descontinuidade entre o Jesus histórico e o Cristo da fé. Se, por um lado, há uma identidade ontológica entre o Jesus pré-pascal e o ressuscitado, há, por outro lado, uma descontinuidade em seu modo de ser. Assim Páscoa significa realmente uma transição para um novo modo de ser. Com serena segurança explica como a comunidade apostólica "decifrou" o Jesus de Nazaré à luz da

ressurreição. Não partiu de uma idéia abstrata, mas de um dado histórico inconcuso. Frente aos "teólogos" da morte de Deus declara peremptoriamente: "O Jesus que os Evangelhos nos testificam não pode ser adequadamente compreendido sem uma referência a Deus" (p. 29). Quase pressupondo por demais do leitor o conhecimento das conquistas da exegese histórico-crítica mais recente, contudo não deixa de valorizar devidamente a visão dogmática de Cristo: "Por isso querer reconquistar um Jesus histórico às custas de um Cristo dogmático é embaralhar as dimensões e compreender erroneamente a fé como uma forma inadequada e imperfeita de conhecer" (pp. 31-32). Toma posição equilibrada frente ao discutido problema da desmitologização: "Desmitologização não significa o desmascaramento do mito confrontado com a realidade objetiva, o que seria não compreender o mito, mas dar-se conta do mito como a linguagem do inconsciente, aceitá-lo como uma forma legítima de compreensão lógica e integrá-lo no processo de individualização da personalidade" (p. 36).

É, sobretudo, a partir do método e de posições exegéticas e antropológicas que a obra de Boff formula um autêntico desafio à teologia tradicional. O método crítico levamos a perguntar: Como chegamos a conhecer Jesus Cristo hoje? Muitas vezes ouvimos a resposta: Através dos escritos do Novo Testamento. Surge, então, logo uma outra pergunta: Como interpretar esses escritos de outrora?

No capítulo II o A. trata do problema hermenêutico. Expõe três modelos hermenêuticos: o histórico-crítico (história das formas, história das tradições e história das redações), o existencial e o histórico-salvífico. Nesse capítulo o A. acerta importantes opções para o resto do livro, tanto no campo teológico-exegético como no antropológico. Diz, p. ex., "Hermenêutica não significa apenas a arte de entender textos antigos, mas de compreender todas as manifestações da

vida e saber articulá-las com a mensagem evangélica..." (p. 54). Pouco mais adiante pretende delinear pistas para uma cristologia na América Latina com características próprias (pp. 56-61). A primeira vista essas páginas podem parecer uma leve ironia, pois, as características aí apresentadas são atualmente reclamadas tanto pela teologia européia e norte-americana como pela latino-americana. Nem por isso perdem seu valor como horizonte para uma cristologia latino-americana.

No cap. III apresenta Jesus como o anunciador do reino de Deus, participando realmente de nossa condição humana. Com Jesus a nova realidade do reino de Deus já começou dentro de nosso mundo (pp. 62-75). O reino de Deus não se restringe às expectativas políticas, mas significa a totalidade deste mundo humano, agora introduzido na ordem de Deus. No cap. IV (pp. 76-92) apresenta o reino de Deus, pregado por Jesus, como significando a realização de uma utopia do coração humano de total libertação da realidade humana e cósmica. No cap. V (pp. 93-112) volta a atenção para a humanidade de Cristo. É impressionante a sensibilidade que o A. tem para ler aspectos de incomparável beleza e grande vivacidade no Jesus dos Evangelhos. Fala de Jesus Cristo de modo a tocar dimensões fundamentais de nossa existência humana.

Boff dedica o cap. VI e VII (pp. 113-152) a uma reflexão sobre o sentido da morte e ressurreição de Jesus Cristo e seu alcance para a nossa vida. A ressurreição aparece realmente como o núcleo central da fé cristã. Devido à ressurreição de Jesus o cristianismo deixa de ser uma religião saudosista do passado. Vive na esperança da ressurreição. No cap. VIII (pp. 153-172) investiga as diferentes tentativas de decifrar o mistério de Cristo ontem e hoje. No cap. IX (pp. 173-192) traça o processo de uma longa reflexão teológica que resultou nos relatos da infância de Jesus. Com coragem situa problemas discutidos

como a questão da virgindade de Maria.

O cap. X (pp. 193-222) é, sem dúvida, um dos mais importantes. É aí que o A. mostra melhor sua originalidade e sua profundidade. Assume a função de teólogo no sentido autêntico da palavra. Ultrapassa a mera ortodoxia verbal para a realidade da fé. Abandona os moldes "tradicionais" da cristologia escolar numa perspectiva crítico-existencial sem abandonar o conteúdo da fé cristã. Assume integralmente a tradição da fé da Igreja, sem repetir apenas fórmulas fixas. Procura o sentido que as palavras tinham em determinadas situações históricas para os homens de então e tenta traduzir-nos esse sentido para hoje. Assim interpreta conceitos centrais no concílio de Calcedônia (451), como p. ex., pessoa e natureza, que, por sua vez, já era uma reinterpretação nova e mais profunda do concílio de Nicéia (325). De maneira muito feliz, Boff tenta traduzir o dogma calcedonense para nós hoje. Essa tarefa é muito difícil, mas urgente. O processo cristológico continua, pois, nenhuma época conseguirá exaurir totalmente o mistério de Cristo. Boff tenta reinterpretar o mesmo Cristo de sempre para nós hoje com o mesmo olhar da fé cristã de ontem. Muda, isto sim, a ótica. Desce à arena para participar nos grandes problemas humanos de hoje e procura dar-lhes uma resposta a partir da fé em Cristo.

Nos cap. XI-XIII (pp. 223-285) procura responder a perguntas como: Onde encontramos Cristo resuscitado hoje? Como vamos chamar Jesus Cristo hoje? E encerra o livro (na 1.ª e 2.ª edições) com

reflexões sobre a essência do cristianismo.

Quem quiser fazer uma crítica atinente deverá examinar as opções do A. no campo exegetico, seus apriori filosófico-antropológicos e seu método. Aí se poderá discordar muitas vezes. No campo exegetico, p. ex., às vezes assume posições como seguras quando ainda são controvertidas, sem, no entanto, se preocupar em dar as razões ou mencionar posições divergentes. Mas, toda a teologia, também a escolástica romana, está cheia de tais opções. Isso sempre inclui o perigo de simplificar problemas mais complexos. Esses e outros senões contudo em nada diminuem o grande valor dessa obra. Tudo isso não tange, propriamente, a essência do dogma católico, que apenas é visto numa nova ótica mais atual.

Em resumo, para ser honesto, creio que o livro se recomenda por suas qualidades positivas como obra teológica realmente séria e profunda, leve, acessível e de estilo atraente. Sem dúvida, poderá ajudar a muitos leitores a verem Cristo em sua vida de uma maneira mais viva e existencial. Como decorre da exposição do próprio A., contudo seria errôneo pensar que essa imagem de Cristo é a única válida, que é perfeita sob todos os aspectos. Mas, pode contribuir para o aumento da fé, da esperança e da caridade de muitos cristãos, sobretudo daqueles que já não mais são atingidos pela pregação e catequese costumeiras. Para a teologia no Brasil e na América Latina este ensaio de cristologia crítica será um marco significativo ainda durante muitos anos.

U. Zilles

GUTIERRES, Gustavo: Teologia de la liberación. Perspectivas. (Col. Verdad e Imagen, 30), 400 pp., 19 x 12 cm, Ediciones Sigueme, Salamanca (Espanha), 1972.

A originalidade e a novidade deste livro no nível de uma reflexão teológica global só poderão ser justamente apreciadas e compreendidas a partir do contexto no qual surgiram: o amadurecimento, na década do 60, de uma teologia que

se quer "latino-americana". O primeiro passo nesta direção não é propriamente teológico, mas sociológico. Nesse sentido é primordial a ação unificadora do CELAM que suscita uma consciência comum, a nível continental, promovendo in-

investigações, criando Institutos, multiplicando cursos e encontros. Paralelamente, a hierarquia e os cristãos, pelo menos nos seus grupos mais conscientes, se comprometem paulatinamente numa linha mais profética de defesa e promoção das massas (cfr. MEB brasileiro e método de Paulo Freire). O termo "libertação" no seu sentido sócio-político, é usado já na "Mensagem dos Bispos do terceiro mundo" (1966) e nos documentos de "Medellín" (1968). Desde então, o emprego do termo se generaliza ao mesmo tempo que é aprofundado por meio de análises propriamente científicas: sócio-políticas e teológicas (Simpósios sobre a libertação em Bogotá e Buenos Aires, 1970).

É nesse contexto que G.G. publica em 1969 seu estudo "Hacia una teología de la liberación" (MIEC, Montevideo; publicado también pelo IDOC-International n.º 30 de 1970 e em Bogotá em 1971), cujas intuições fundamentais serão desenvolvidas, conservando o mesmo esquema fundamental, para dar origem ao livro "TEOLOGÍA DE LA LIBERACIÓN" (Perspectivas), CEP, Lima, 1971. Em julho deste ano, as Edições Sigueme lançaram na Espanha o mesmo livro. O texto permanece substancialmente o mesmo, com alguns retoques secundários. A apresentação técnica, porém, é mais acurada: as citações, no texto, são destacadas com letra diferente; algumas notas são acrescentadas e outras completadas; são introduzidas referências à "Octogésima Adventiense"; é dada, sempre que existe, a tradução castelhana das obras citadas; o método de citar é conforme às siglas colocadas no início do livro; acrescenta-se no fim um índice geral de nomes.

O A. começa analisando a terminologia em questão (teologia e libertação), operando uma dupla precisão na linguagem: a redefinição das funções clássicas da teologia (como sabedoria e como saber racional) em termos de reflexão crítica sobre a praxis histórica; e a substituição do termo "desenvolvimento" pelo de "libertação", que

caracteriza melhor as aspirações profundas do processo sócio-político e permite ao mesmo tempo a sua assumpção pela teologia como interpretação do único processo salvífico (1.ª parte).

O problema assim planteado é o tema clássico da relação entre fé e existência humana, salvação e processo histórico de libertação. G. analisa as diversas interpretações teológicas que este problema recebeu ao longo da história, para chegar, através da crise da ação pastoral e da reflexão teológica, à formulação do problema como é vivido hoje: acentuação da unidade da história (profana e salvífica) tendente a eliminar todo dualismo (2.ª parte).

Passa em seguida o A. (3.ª parte) a analisar a nova consciência que o homem latino-americano tem da sua situação de dependência e as causas estruturais da mesma, oferecendo-nos depois uma interpretação da presença da Igreja no processo de libertação. A experiência desta opção constitui um "lugar teológico" singular (próprio e universal) e fornece os novos dados da problemática teológica.

Na parte mais elaborada do livro (4.ª parte) G. esboça as primeiras tentativas de solução. A participação da comunidade cristã no processo de libertação, o questionamento radical da fé pelo homem novo que surge nesse processo é um questionamento sobre o "sentido do cristianismo" (1.ª seção) e sobre a "missão da Igreja" na construção de uma nova sociedade (2.ª seção).

Este livro constitui, sem dúvida, o esforço mais sério atualmente existente para pensar reflexa e tematicamente, do ponto de vista teológico, uma problemática nova e urgente que concerne profundamente a vida concreta da Igreja latino-americana: a participação de grupos cada vez mais numerosos de cristãos no processo da libertação. Dentro desse contexto, o que constitui a originalidade da T. da L. é o seu método: o entroncamento das categorias da infra-estrutura latino-americana com as mesmas fontes e dados da fé. Ela não

pretende oferecer um novo tema de reflexão, mas uma nova forma de fazer teologia, assumindo dentro da própria reflexão teológica a análise estrutural da sociologia, da economia e das ciências políticas, as quais, para além da comprovação imediata de subdesenvolvimento, chegam até as raízes do problema, desmascarando as causas estruturais do mesmo. Esta análise faz surgir uma tomada de consciência da situação de dependência e dominação que provoca uma opção concreta pela libertação. Tal método significa: a) a primazia da praxis como lugar teológico (ato primeiro) sobre o qual se articula a teologia como reflexão crítica (ato segundo); b) a referência contextual às ciências humanas; c) a referência distintiva e específica à fé e à revelação. Enquanto reflexão crítica sobre a praxis libertadora dos cristãos, a T. da L. não é puramente dedutiva, nem se define por uma referência exclusiva à revelação: ela é uma nova articulação entre o "dizer" e o "fazer" (M. de Certeau), a elucidação teológica de uma experiência eclesial que se quer especificamente cristã, como um fenômeno de emergência do sobrenatural. Esta concepção revela uma consciência reflexa de que a teologia deve ser pensar histórico, de que a sua função não é refletir, em cada época, a globalidade abstrata do pensável, mas os elementos teológicos que permitem esclarecer os acontecimentos concretos do momento histórico. Neste sentido o método da T. da L. é significativo do processo que permitiu o seu surgimento, como passagem de uma teologia abstrata para uma teologia histórica, de uma teologia "na" e "sobre" a América Latina, para uma teologia propriamente latino-americana (cfr. supra).

Nem tudo, porém, é definitivo neste livro. Ele se apresenta ainda (subtítulo) como abrindo "perspectivas"; os elementos teológicos explicitados (libertação e salvação; unicidade da história; ação política libertadora e antecipação escatológica, etc.) são muitas vezes

fragmentários e exigiriam uma maior elaboração; certas dimensões (eclesial e cristológica sobretudo) ficam ainda muito vagas e deveriam ser aprofundadas ulteriormente mesmo com estudos específicos e monográficos. Alguns pontos deveriam ser abordados explicitamente por exemplo: a nova epistemologia que decorre da relação entre teologia e ciências humanas; o problema do "specificum christianum" (que não poderá ser eludido), assim como o novo tipo de relação teoria-praxis que se estabelece dentro de uma comunidade cristã; a relação entre elite e massa neste processo, como condição necessária para que o povo tome consciência e assuma a sua libertação e para que o profeta (e a Igreja) não se tornem seita separada e finalmente alienada; os distintos níveis de reflexão necessários à teologia, e a impossibilidade de esgotar a reflexão teológica na reflexão sobre uma praxis, etc. Na medida em que a libertação é um processo histórico, ela se insere no contexto mais vasto da crise da civilização ocidental cristã (ou pós-cristã?) da qual a A. L. faz parte e que não pode ser reduzida unicamente às estruturas sócio-econômicas. A fé e a teologia devem ser redefinidas nessa luta atual entre humanismos e anti-humanismos da cultura ocidental.

Finalmente, se o problema ganha ao ser considerado como processo único e global do continente, resta ainda a pergunta: em que medida a análise estrutural e a opção proposta são válidas e possíveis ao serem abordadas desde a situação concreta de um país determinado?

A contribuição que uma teologia em perspectiva latino-americana pode trazer para a vida e para a reflexão da comunidade cristã universal lhe vem, paradoxalmente, do seu caráter singular: a sua opção e o seu método. A novidade teológica e eclesial desta situação, a amplitude do fenômeno e sobretudo a urgência do processo de libertação são um verdadeiro desafio para a fé e para a Igreja na A. L. O mérito da T. da L. é de enfrentar

corajosamente essa realidade, complexa e provocativa em si mesma, e cujo grave apelo nós freqüentemente não captamos. Não é a T. da L. a que cria esses problemas. Por

isso não é ela que deve ser culpada se a situação nos encontra teologicamente despreparados.

Carlos Palacio, S. J.

LYONNET, Stanislat e outros: A Bíblia na Igreja depois da DEI VERBUM, tradução do original italiano por Raimundo Vidigal, (Coleção "Bíblica", 13), 190 pp., 22,5 x 15 cm, Edições Paulinas, São Paulo, 1971.

A obra é a coleção da série das conferências anuais, consagradas ao estudo da Constituição dogmática "DEI VERBUM", por parte de professores do Pontifício Instituto Bíblico, durante o inverno de 1967-1968.

St. Lyonnet, na primeira conferência (9-39), examina "a noção de Revelação". Confronta os cinco esquemas. Expõe 1. a natureza e o objeto da Revelação, salientando, 2., os aspetos salvífico, cristocêntrico e trinitário, sublinhados pela Dei Verbum, terminando, 3., com tratar sobre a aceitação da Revelação mediante o ato de fé.

Na segunda conferência K. Hruby introduz-nos nos dédalos do pensamento rabínico acerca da TRADIÇÃO, fazendo-nos entender melhor quanto ensina a Dei Verbum no capítulo II, nn. 8-10 (49-76). A Igreja herdou deveras do judaísmo a noção mesma da existência duma tradição viva que juntamente com a Escritura constitui a plenitude da Revelação divina aos homens; que na vida da Igreja assegura a transmissão fiel do patrimônio integral da fé e que goza da mesma autoridade que tem a própria Escritura (50).

Na terceira conferência (77-111), I. de la Potterie aborda a VERDADE da Sagrada Escritura, conforme a doutrina do Concílio Vaticano II, cap. III, n.º 11, da Dei Verbum, "tema dos mais espinhosos, mais dramaticamente discutido, mais laboriosamente amadurecido" (77).

Porque existem interpretações diversas do texto em apreço, surge interessante problema de hermenêutica conciliar, Interpretação objetiva exige, pois, dupla análise: a da gênese do texto definitivo, 5.º

esquema e a dos seus paralelos, parte essa que converge para determinar, segundo, o significado do termo "VERDADE" do texto conciliar, promulgado aos 18-11-1965. Conclui de la Potterie que o Concílio "nos ensina que é preciso avaliar a verdade e a inerrância (da Escritura), não do ponto de vista da história profana, mas do ponto de vista da história da salvação". Distinção essencial: garante aos exegetas na Igreja a necessária liberdade na pesquisa científica, em assuntos de crítica ou de história e os convida a estudarem e explicarem em profundidade a mensagem autenticamente religiosa dos livros sagrados, superando-se o falso dilema que procura colocar em oposição a história e a fé, fé que é o fruto da mensagem de Deus à humanidade. E é esta mensagem que precisamente constitui a "VERDADE" da Sagrada Escritura, em vista da salvação (105-109). Esta doutrina representa deveras notável progresso (80), porque nos liberta duma concepção por demais apologética de inerrância, em voga cinquenta anos atrás e nos fez reencontrar uma concepção positiva e teológica da Escritura: a mensagem de salvação no diálogo de Deus com a humanidade.

Na quarta conferência (113-142), Luís Alonso Schoeckel indaga: "É atual a linguagem do Antigo Testamento?" Traz exemplos a favor e contra; enumera três objeções que dificultam a leitura: distância de tempo, de cultura, de mentalidade, às quais responde. Responde muito concretamente, oferecendo à leitura vários salmos RECRIADOS pelo grande poeta da América Central, Ernesto Cardenal, feitos salmos

atuais. Responde teoreticamente, à base, porém, do trabalho de Cardinal: "É reavivar a linguagem bíblica. Em vez de cortar o ramo, substituindo-o artificialmente, procuraremos um modo de ele receber das vigorosas raízes a seiva que renova o milagre de cada primavera" (137), substituindo, adaptando. Merece ser lida e relida essa conferência.

Na quinta conferência (143-167), Maximilian Zerwick focaliza "o divino através do humano nos Evangelhos", cap. III e V da *Dei Verbum*. O humano aflora também nos Evangelhos, porque foram homens de seu tempo os autores deles. Já J. Levie o frisara, no tocante a toda Escritura. A Encíclica "Divino afflante Spiritu" de Pio 12, 1943, a "Instrução sobre a verdade histórica dos Evangelhos" da Comissão Bíblica, 1964, acentuam: se distinga necessariamente entre o que se queria dizer e a maneira pela qual era expresso, entre a intenção e a forma literária — a qual rende tributo ao humano, aos gêneros literários, pois o hagiógrafo, o escritor sacro, está ligado ao seu tempo, ao seu ambiente, às circunstâncias históricas da sua época: Eis o humano, o caráter humano da Escritura. Explana o autor as três fases da tradição evangélica: Jesus de Nazaré, a pregação dos "apóstolos", na Igreja primitiva que interpretam as palavras e as ações de Jesus e os nossos Evangelhos. Frisa ainda as diferenças notáveis que existem entre o pensamento oriental e ocidental. Conclui que "se não somos tão ricos do ponto de vista histórico, devendo tomar tudo ao

pé da letra, temos em mão contudo a atestação da fé apostólica" (165); que o Espírito, pela inspiração divina, nos garante ser genuíno o retrato de Jesus, mais profundo, rico e verdadeiro. A cada episódio evangélico devemos perguntar-nos: "Que quer dizer-me esse trecho a respeito da figura de Jesus e de sua obra de redenção" —, em vez de perguntar-nos: "Como se deram exatamente ENTÃO estes fatos?"

O tema da sexta conferência (169-185), de Carlo M. Martini, é: "A Sagrada Escritura, alimento e norma da pregação e da religião". Examina ele as etapas da elaboração do texto conciliar do capítulo sexto e insiste que foi novidade o Concílio afirmar isso. Se a Escritura é norma e alimento da pregação e da religião, deve ser ela largamente acessível a todos, deve ser lida por todos. Houve de fato, não se pode negar, nos últimos séculos na Igreja certo afastamento prático, sobretudo entre o povo, das Escrituras (175). Passa a historiá-lo e pô-lo na devida luz (175-183). Explica a seguir os motivos da nova atitude: deve-se ao aprimorado senso litúrgico da nossa época e ao acrescido senso da Igreja como Corpo de Cristo e comunidade dos crentes.

A leitura atenta destas seis conferências abre novos horizontes, estimula a ler e perscrutar as Sagradas Escrituras, para, ouvindo e compreendendo o diálogo de Deus com o homem, vivenciar a mensagem divina e crer nesse Deus que é amor e amar a esse Deus que é nosso Pai.

R. A. Braun

KNOCH, Otto: Um só é o vosso mestre (Discípulos e Seguidores no Novo Testamento). Tradução do original alemão por Georges Ignacio Maissiat, 294 pp., 18,5 x 12,5 cm, Edições Paulinas, São Paulo, 1971.

Baseado numa visão altamente exegética, o autor desenvolve na presente obra um conteúdo bastante profundo e completo sobre a Pessoa e vida de Jesus, como Mestre e Senhor dos apóstolos e discípulos, e, conseqüentemente, como

Mestre e Senhor de todos os cristãos em todos os tempos e lugares. Assim, a obra se presta maravilhosamente para uma reflexão mais aprofundada sobre o ideal da vida cristã, como ele aparece na própria Pessoa e vida de Jesus e, por trans-

missão, na vida dos apóstolos e discípulos, dentro do âmbito da Igreja Primitiva. Mas, não pára aqui o plano da obra. A partir da exposição refletida do que foi a vida do Mestre Jesus, na sua própria vida e na vida de seguimento dos apóstolos e primeiros discípulos, o autor concretiza uma série de reflexões, visando atualizar a figura do Mestre dos cristãos para dentro do mundo atual. As suas reflexões visam favorecer o leitor no sentido de se voltar sobre as fontes do ideal de vida cristã, descobrir ali as características existenciais que regem a vida cristã, na Pessoa do próprio Fundador e na vida dos seus seguidores diretos, para transpô-las, a seguir, para dentro da vida pessoal, social, cultural e religiosa da civilização contemporânea como ela se apresenta e se impõe nos dias de hoje. Na verdade, o autor consegue realizar este seu intento com bastante felicidade. Com um conjunto de reflexões histórico-exegéticas e teológicas bem ordenadas e progressivas, o livro favorece decididamente o leitor cristão na obtenção de uma imagem correta e ideal do seu Mestre Jesus, dentro do nível histórico em que ele vive a sua vida de seguidor e imitador de Jesus Cristo. Isto, sem dúvida, torna a obra digna do interesse de todo o leitor cristão. Por seu conteúdo e método didático a obra se apresenta, no meu entender, de um valor muito especial para catequistas, orientadores espirituais, pregadores e professores de religião.

O autor desenvolve o conteúdo da obra em 7 temas fundamentais, subdivididos em vários aspectos parciais distintos. Após breve introdução segue como primeiro grande tema "o ambiente histórico que nos interessa". Em três subtemas o autor se preocupa em situar e aclarar as características conceituais e existenciais do judaísmo no tempo de Jesus. Sob o aspecto religioso encontramos mais de perto o que foi a escola rabínica, ou seja, o papel dos mestres rabinos e dos seus "seguidores" e "discípulos". Também traz Paulo como um

exemplo típico de um discípulo da escola rabínica.

No segundo tema principal o autor focaliza diretamente "o Mestre Jesus". Inicialmente apresenta Jesus como "Mestre e Senhor", que reúne discípulos desde o seu aparecimento público, e que se dedica ao ensino durante a sua vida pública. Em seguida o autor se volta para a atuação de Jesus nas sinagogas, num estudo comparativo com a atuação e características dos mestres rabinos. O ponto de partida para este estudo sempre são textos básicos dos evangelhos, que se referem diretamente ao tema, e dos quais o autor elabora uma exegese exata histórica e escriturística. Num terceiro aspeto da Pessoa de Jesus o autor O vê em suas relações com o povo, e aponta as diferenças entre as atitudes do Mestre e as dos mestres rabinos em geral. Acentua particularmente a extraordinária proximidade do Mestre com o povo e a sua liberdade soberana frente às prescrições baseadas na Lei Mosaica, que mantinham os mestres rabinos tão distantes do povo, e, por isso mesmo, também do novo Mestre, que encrava a Lei e a própria vida com um espírito totalmente diverso ao pregado nas escolas rabínicas. Em seqüência a este tema o autor desenvolve o tema da didática e dos métodos de ensino de Jesus, sempre em suas diferenças com a didática e métodos rabínicos. São páginas especialmente proveitosas para quem se dedica à catequese, à pregação e ao ensino religioso. Num último aspecto deste segundo tema geral o autor mostra como Jesus, contrariamente aos mestres judeus, baseia toda a sua atuação e sua Palavra e doutrina, não em alguma outra pessoa, ou em testemunhos anteriores, ou na Lei, mas na sua própria autoridade, na sua própria Pessoa e Missão, colocando-se a si mesmo acima dos profetas do AT, e a sua Palavra acima da doutrina do AT, proclamando-se a si mesmo como o Salvador prometido e enviado aos homens.

No terceiro tema geral o autor se dedica à explicitação dos "traços

fundamentais da atuação de Jesus como Mestre", conforme os relatos evangélicos. Dedicada especial atenção ao chamamento dos primeiros discípulos de Jesus e à preparação dos mesmos até a eleição dos doze como seus seguidores e testemunhas diretos. O autor estende as suas considerações também ao papel dos setenta discípulos e dos demais seguidores de Jesus, inclusive das mulheres. Aborda a crise ocorrida entre estes discípulos, por ocasião da multiplicação dos pães, onde já se distinguem os verdadeiros discípulos de Cristo. Ainda aponta o fato da morte de Jesus como ponto final dos laços pessoais e terrenos entre os discípulos e seu Mestre e Senhor, e como o início das relações dos mesmos com o Cristo glorioso e o Espírito Santo por Ele enviado.

No quarto capítulo geral o autor volta-se mais detidamente sobre a personalidade e o papel dos discípulos de Jesus, segundo a orientação e as exigências do Mestre, apontando especificamente os aspectos de novidade e originalidade que os mesmos devem encarnar, conforme os sermões mais importantes de Jesus a respeito deles. Num primeiro estudo ele evidencia que Jesus chama os seus discípulos por própria autoridade e vontade. Fã-lo analisando os respectivos textos segundo cada evangelho. Em seguida o autor, mostra que Jesus chama para seus discípulos a quem Ele quer. É o chamamento de Jesus que os torna capazes de o seguirem, sejam eles judeus fiéis ou publicanos e pecadores de procedência. Isto acontece assim, porque, através da palavra de Jesus, atua a onipotência de Deus. Em continuação ao tema precedente o autor explicita agora as exigências que Jesus faz aos seus discípulos, conforme os vários textos evangélicos. Encontramos nestas páginas uma série de reflexões muito bem fundamentadas e desenvolvidas sobre as características fundamentais da pessoa do discípulo de Cristo em todos os tempos. A seguir o autor acrescenta um estudo mais detido sobre as tarefas do discípulo de

Jesus, de acordo com os ensinamentos de Jesus sobre sua própria missão e a missão dos seus discípulos. Em sua parte final o quarto capítulo apresenta uma série de considerações sobre a recompensa reservada aos apóstolos e discípulos, segundo as palavras do Mestre.

O conteúdo do quinto tema geral da obra visa "o cristão como discípulo de Cristo". Primeiro o autor procura favorecer um aprimoramento da compreensão a este respeito, explicitando as instruções e conceitos que neste sentido aparecem no Evangelho de João. Em seguida considera o conceito de discípulo, como nos aparece nos Atos dos Apóstolos. Continuando ainda no mesmo tema, o autor aborda a primeira carta de Pedro no que ela diz a respeito da obrigação de seguir a Cristo.

No capítulo seguinte o autor passa a considerar mais de perto as características dos discípulos de Cristo após a sua morte e glorificação. Isto ele realiza através de uma detida análise, neste sentido, das cartas de Paulo e do Evangelho de João, e apontando as semelhanças das afirmações de ambos. Primeiro focaliza mais de perto as relações do cristão com o Cristo glorificado segundo São Paulo. Depois passa a considerar o mesmo tema segundo os escritos de João.

No último tema fundamental da sua obra, o autor desenvolve várias conclusões de teor exegético e teológico a respeito da doutrina do seguimento e imitação de Jesus.

É importante notar que o autor, além do conteúdo expositivo em cada capítulo, apresenta no fim dos mesmos várias indicações para pesquisa e melhor compreensão dos textos, bem como diversas questões para a vida prática do leitor e ainda sugestões para trabalhos que podem ser desenvolvidos a respeito de cada tema.

A obra de Otto Knoch pode ser de grande proveito, sob o aspecto da formação exegética, teológica e espiritual, para os "discípulos" de Cristo.

José Vollmer

WRIGHT, J. John: **Consciência e autoridade: tensão e harmonia**, tradução do inglês por Frei Antônio De Sanctis, O. F. M. Cap., 98 pp., 20 x 13 cm, Ed. Paulinas, São Paulo, 1971.

Edições Paulinas oferecem ao público, em língua portuguesa, o livro do Bispo John Wright: "Consciência e autoridade..." Wright percebe a necessidade de clareza de cada um dos conceitos envolvidos. Não define num sentido meramente ilustrativo e lógico, mas já numa perspectiva prático-moral. Nossa tentativa é de solapar a autoridade e alienar a formação de consciência, uma das tarefas mais difíceis atualmente. Ora, consciência e autoridade constituem momentos dialéticos na obediência da Igreja. Por isso mais do que nunca é indispensável descobrir o lugar para ambas, condição indispensável para uma caridade encarnada. É preciso situá-las dentro de seus limites próprios sob pena de uma dissociação e desintegração ou prática abusiva de ambas.

A consciência tem por finalidade a busca da Verdade. Verdade não num sentido gnoseológico de adequação. Verdade num sentido moral. E esta verdade "moral" pode e deve ser relativa, não em si, mas ao homem. Por isso um pronunciamento papal não pode entrar em choque com a consciência pessoal. A doutrina é uma verdade objetiva, mas no momento da ação concreta devo seguir a minha consciência. Aliás, isso é doutrina tradicional. Ainda que num caso limite ocorresse um choque entre verdade objetiva e consciência, a primazia da minha consciência deve permanecer inalterável. Isso não quer dizer que simplesmente não existe uma verdade objetiva. Mas significa que existe uma consciência subjetiva.

Autoridade e consciência são duas linhas de força sem as quais desaparece a moral. A autoridade, entretanto, está a serviço do pecado. Isto é, a autoridade foi instituída porque houve uma ruptura, uma queda ontológica através do nosso pecado. Assim a autoridade deve ser o apoio à minha consciência, auxílio na minha realização. E neste sentido a autoridade é serviço. Serviço indispensável. Se houver algu-

ma dignidade e alguma grandeza é no fato de se estar a serviço da caridade e da pobreza. Caridade enquanto sai de si, perde suas razões e interesse pessoal, para ser disponível. Pobreza porque deve despir-se de suas ideologias, suas causas, seus preconceitos para buscar a sintonia com as consciências e o Espírito. A consciência de um bispo é enorme, enquanto não busca seus interesses, mas a vontade de Deus para com aquela comunidade eclesial que ele dirige. Serviço que sob hipótese alguma substitui a consciência individual. Newmann percebera que a fidelidade à consciência pessoal leva-nos a uma verdade objetiva, e coloca-nos diante de uma fidelidade e autenticidade que mais cedo ou mais tarde desembocará na Verdade, Deus. Obediência à interioridade é a resposta ao meu chamado ontológico. Sou chamado pelo meu "nome" e tomo a palavra quando entro na existência. Chamado, este, irrepetível, único e pessoal. Não corresponder ao meu momento interior — provado pelo discernimento — é frustrar-se radicalmente. Tal é o risco e a responsabilidade que tenho em mãos. A vida à comunidade, a autoridade tem por dever e tarefa interpelar minha liberdade, mas nunca a podem pressionar, neutralizar ou substituir. Não há senão uma resposta, realmente realizadora, para cada momento da minha vida. Nisto a obediência é busca contínua, sem instalação. Entretanto, após termos feito tudo isso ainda somos inúteis. Parece-me ser aqui que nos distanciamos de Wright. Insistimos em questionar uma moral que nos leve a conceber nossas vidas como auto-soteria. Creio que ninguém está mais disposto a erros do que o moralista, e nisso também nos incluímos. Facilmente, quando fazemos juízos-de-valor, medimos tudo a partir deles. Incorporamos numa neutralidade às críticas que nos questionam, pois aprioristicamente, atacando, fixamo-nos no que está fora, e perdemos a di-

mensão do nosso erro que está dentro. Contudo em Wright — nesta publicação — há muito que admirar. Neste sentido recomendaria a

todos os que refletem sobre a moral, pois suas contribuições são realmente sérias e questionantes.

Luiz Augusto Passos

HAYEN, André: A Obediência na Igreja, hoje, tradução do original francês por Luiz João Gaio, 139 pp., 20 x 13 cm, Edições Paulinas, São Paulo, 1972.

A Teologia atual dá grande ênfase ao tema da obediência. A Cristologia lança-nos de encontro ao Cristo Jesus que vivia o conflito de sua obediência divino-humana, na carne. Entretanto, por estar dentro do Pai, Ele era totalmente obediente. Cristo foi um protótipo a ser "imitado" em sua fidelidade absoluta à vontade do Pai.

Hoje, nós, a exemplo dele, buscamos formas de viver a obediência como estado de vida especial na Igreja, ou ao menos como condição de uma adesão a Deus. Contudo, mais do que nunca o sentimento de valorização pessoal e auto-afirmação são mais caros aos homens de hoje. A obediência no sentido de arbitrariedade de um superior torna-se in-crível. A consciência pessoal surge como a maior barreira para uma obediência mal entendida, quer seja na Igreja ou na Vida Religiosa. Urge reencontrar-se no Cristo um sentido novo para o mundo de hoje, solicitado fortemente pelos sinais dos tempos. Somente no Cristo somos capazes de entendê-la. Ele é o fundamento da obediência. Ele é o *sim* de Deus. E para nós cabe a tarefa de aceitarmos a *sua* obediência como acontecimento definitivo da humanidade que se entrega por meio dele ao Pai. Obediência perfeita que não é, e nem pode ser, ocasião para violar consciências. Obediência que não pode fundamentar-se no autoritarismo. Nem pode ser voluntarismo pessoal, num sentido de prática de virtude, para auto-redenção. Como não pode ser máscara que esconde insegurança, falta de iniciativa, dependência doentia ou alienação da responsabilidade pessoal. Obediência enfim que não é empalidecimento e destruição de uma consciência teleguiada; mas busca em comum. Discer-

nimento de superior e súdito enraizados no Espírito. Procura da verdade, ante os desafios da realidade. Fidelidade ao Evangelho. Maturidade Cristá.

A verdadeira obediência é exigência de fidelidade pessoal — na Igreja — ao meu chamado ontológico. É a minha resposta de criação ao Pai, pelo Cristo e, no Espírito. Já não pode ser acompanhada pelo opressão tirânica, nem por um conformismo passivo. É antes a busca da fidelidade ao mundo, aos irmãos, no Cristo, permitindo o pleno desenvolvimento do meu vir-a-ser. É, pois, prontidão à voz interior do Espírito Santo, que não permite instalação e ostracismo. É desafio, risco, loucura e corresponsabilidade na tarefa do mundo e no auxílio do outro, pelo Reino. É sinceridade, verdade. É transparência e autenticidade diante da outra subjetividade. E, contrário a tudo isso, jamais pode ser puro sinergismo, auto-salvação e tarefa exclusivamente humana. Insistimos. Só em Cristo somos obedientes. E uma tal afirmação só faz sentido na Fé. Entretanto, sou apenas capaz de realizar-me como pessoa através da mediação dos outros-eus-no-mundo. Neste sentido, a obediência não é um ato virtuoso de piedade pessoal desvinculado da Igreja. É antes, crescimento pessoal na resposta ao Senhor, pela minha vida, com a concorrência de cada homem da Igreja. Quis Deus dar-se a conhecer através dos homens. É na Igreja que encarno minha obediência e nunca fora dela. É em comunidade que posso me doar em resposta de amor ao Deus que se deu por mim. É, portanto, na Igreja, apoiados uns nos outros, fiéis à voz do Espírito, e atentos às suas palavras, abandonados no Cristo, mas radicais

aos apelos da nossa interioridade que seremos obedientes.

É neste sentido que se desenvolve este magnífico livro, que sem

dúvida, nos auxilia numa reimpugnação correta da obediência.

Luiz Augusto Passos

SPLETT, Jörg: O Homem na sua Liberdade. Tradução do original alemão por Antônio Steffen, (Coleção "Nossa Fé-1), 160 pp., 20 x 14 cm, Edições Loyola, S. Paulo, 1972.

Abrindo uma obra filosófica ou teológica moderna, certo instinto católico depressa nos faz sentir, se o livro constrói as idéias novas sobre o fundamento antigo da tradição da Igreja, conservando a continuidade da evolução de um organismo vivo ou se, propositalmente ou não, apresenta uma ruptura com o passado católico, repudiando-o de modo pubertariamente contestatório ou mesmo tipicamente protestante ou protestante.

Os cinco volumes da Coleção "Nossa Fé" são uma exposição sadamente atualizada do dogma católico para leigos cultos, que encontrou boa aceitação na Alemanha, onde foi publicado o original. Além do volume de Jörg Splett, que é uma fundamentação filosófica para toda a obra, a coleção, já toda publicada pelas Edições Loyola, consta de um volume correspondendo à apologética e outros três respectivamente sobre Deus, Cristo e a Igreja (e os Sacramentos).

Apesar de à primeira vista poder causar a impressão de completa novidade, o que Jörg Splett expõe é a sólida tradição católica atualizada por meio de tudo, que o pen-

samento mais moderno (Max Müller — diálogo com Heidegger, Reinhard Lauth — interpretação de J. G. Fichte) oferece de melhor.

De início introduz ao problema do homem na atualidade e na história. A seguir, atendendo primeiro mais ao aspecto material do homem, estuda o modo específico, como ele é finito e histórico, como existe no espaço e no tempo de modo diverso daquele das coisas e dos irracionais, mostrando que é condicional de modo horizontal e vertical. Passa em seguida a explicar como a realidade imaterial e incondicional da verdade (início da filosofia, rejeição do ceticismo e relativismo) e do bem se impõe ao homem, "obrigando-o" à aceitação livre mas inexorável destes valores.

A obra é muito densa, contendo uma riqueza imensa de idéias expostas de modo fascinante. Não só apela para o intelecto do leitor, raciocinando lucidamente, mas também, citando com erudição pasmosa palavras inspiradas de poetas e escritores geniais, leva o leitor a entrever e sentir a verdade com todo o seu espírito, como que sob o clarão deslumbrante e momentâneo de um relâmpago interior.

Antônio Steffen S. I.

RAHNER, Karl: Teologia e Ciência, tradução coordenada por Hugo Assmann, (Col. Revelação e Teologia - 20), 133 pp., 21 x 14,5 cm, Edições Paulinas, São Paulo, 1971.

Cumprimentamos as Edições Paulinas e a iniciativa de Hugo Assmann por traduzir mais alguns artigos de Rahner, que tanto tem cooperado na Reflexão Teológica da Igreja.

Os títulos têm mudado, mas a problemática continua sendo a mesma: Ciência e Fé, Ciência e Religião, atualmente Fé e História.

O pensamento grego, especialmente Aristóteles, não trazia maiores dificuldades com suas categorias de natureza, ciência e teologia. A própria história tinha seu sentido estático ou pelo menos linear. Pode-se compreender a expressão "mito do eterno retorno" a partir dum conceito de tempo, meramente acidental, que não interfere po-

sitivamente numa mudança. A própria revolução Copernicana, em que o mundo perde a primazia de ser centro do universo e o homem desce do seu trono de rei no meio do universo, leva-nos a pressentir que a ciência começa a relativizar o próprio homem. Com o pensamento Cartesiano o conceito aristotélico começa sua queda espontânea. E, somente a partir de Hegel o conceito de ciência é novatando o pleno desenvolvimeto do mente repensado. E, neste sentido, a teologia não é mais ciência. Mormente o empirismo Inglês difundiu um método de pesquisa positiva, fenomenônica e ponderável que marginalizou a reflexão sobre a fé. Lutamos por um lugar ao sol, às vezes surpresos pela rapidez com que o pensamento humano evoluiu, forçado também por uma tecnocracia avassaladora. Ora, há um antagonismo formal na terminologia (não raras vezes também no conteúdo) aristotélico essencialista, transplantada por Tomás de Aquino para a teologia, e à consciência histórica do homem moderno. Isto torna-se claro pela nossa linguagem teológica tradicional que se preocupou apenas com o aspecto de continuidade e linearidade. Falamos de um depósito da Fé, de uma Revolução feita, de uma imutabilidade nos dogmas e perdemos a dimensão de encarnação, e a outra face da moeda, a escatológica; o reino está aí e ainda-não. Por outro lado, a nossa forma de falar leva-nos a sacrificar a palavra da Escritura com seu espírito hebreu transpondo-o para um linguajar teológico Grego. Isso não seria ainda demasiadamente sério se nossa forma de falar de Deus não fosse um simples falar do homem. Os antropomorfismos permitiram-nos no passado falar de Deus sem dificuldades devido a influência poético-romântica. Hoje coramos diante das nossas categorias e se põe agudamente um problema de linguagem. Com essa problemática esse livro de Rahner, com algumas de suas palestras sobre o assunto veio a calhar. As gerações passadas reduziram o falar de Deus a axiomas e silogismos. Não mais nos podemos

permitir uma tão desastrosa concepção apologética, sobre o que há de mais inexprimível em linguagem humana. Querer falar de Deus hoje pode ser um falar de nós mesmos e do mundo. Talvez o pouco que sabemos dEle é que é. Deveremos sempre relativizar nossas analogias que foram absolutizadas no passado. Nem nos podemos identificar com uma forma de cultura. E, no entanto, precisamos falar dEle porque mais do que nunca está longe do nosso mundo. Entretanto, é preferível falar pouco e com seriedade que sucumbir na ingenuidade.

Em relação à ciência, Rahner insiste que esta parte de um *a priori*, quanto à escolha do seu objeto. Isso que aparentemente não tem grande significado passa a tê-lo quando nos damos contas que ela jamais quer deixar-se questionar ou extrapolar seu campo de positividade e pragmatismo. Mais. A ciência é antes de tudo a atitude fundamental do homem que age diante do 'espanto' e da curiosidade. A curiosidade o lança em busca — não da alienação do objeto — do autoconhecimento. Por isto a própria ciência e os cientistas partem de um condicionamento histórico. Partem de um horizonte de pré-compreensão, que transcende seu horizonte empírico e seu método pragmático.

O horizonte do ser que brilha ao homem como verdade, jamais é arbitrário. Por isso religião e ciência não podem excluir-se nem contradizer-se. Qualquer contradição aparente só será solucionada através da autocritica sincera, tendo por critério último a veracidade.

O ôntico — o que está aí — implica um fundo de incognoscibilidade, e quando a ciência move-se no positivo em busca do conhecimento dentro dos seus limites, postula necessariamente a incognoscibilidade. Esta chamamos Deus. Isto é, a idéia de mundo implica no caleidoscópio da multiplicidade, uma unidade original e anterior. O erro da metafísica foi formulá-lo ontologicamente sem vivê-lo. O erro da ciência foi que estudou tudo no mundo, esqueceu-se que

Deus não é nada daquilo que estudou, e teve a tentação de negá-lo.

Desta forma Rahner prossegue em seu método transcendental uma pista de como falar de Deus ao homem tecnicizado.

Trata-se, portanto, de um livro que busca refletir sobre o homem a partir da luz da Revelação de Deus. O terceiro artigo publicado é um pedido sério, deste homem da Igreja, para que seja revista a Teo-

logia, enfim todos os estudos eclesiológicos. É necessário uma atualização séria, para não incorreremos em alguns erros do passado, uma vez que já temos consciência dos seus desvarios. Não seria bom se amanhã tivéssemos que recuar, novamente, por não sabermos o que e como dizer algo de Deus aos nossos coetâneos.

Luiz Augusto Passos

LaHAYE, Tim: Temperamento controlado pelo Espírito, tradução do original inglês por Hécio Veiga Costa, 187 pp., 21 x 13 cm, Edições Loyola, São Paulo, 1972.

Confesso que me surpreendi diante de uma tal obra, pela simplicidade com que aborda um dos mais amargos temas da Psicologia Tradicional; a Tipologia. Temos consciência de que uma tipologia de temperamentos é a forma mais comum e freqüente de frustrar os "psicólogos" desavisados. Por outro lado é uma prática tão comum como ler horóscopos ou citar Freud. A Psicologia disseminou-se na última década de maneira impressionante na cultura ocidental. Já não se fala de pessoas sem julgá-las com termos psicológicos. Tudo isso não seria tão grave se não houvesse tentativas de agrupar-se tipos de pessoas como se separam tipos de sardinha para serem enlatadas. A pessoa é algo tão inexprimível e suas atitudes tão cristivas e estonteantes que a tarefa de um agrupamento de tipos é cansativa, quando não decepcionante.

A despeito de tudo o que dissemos até aqui, este pequeno livro das Edições Loyola se apresenta com a pretensão de repor o assunto à luz, nas camadas populares. E, sem dúvida, é feliz em suas intenções. Longe de ser um livro de Psicologia Profunda, considero-o um livro de Psicologia Ascética. Apesar da crítica que poderá receber terá sucesso, queiramos ou não. Isto se explica porque sua tônica é uma teologia pentecostal. A chamada teologia "carismática", embora contestada, parece que melhor se adapta ao influxo místico moderno — reação contra uma ciência

de cérebros eletrônicos, sem coração da nossa época.

A psicologia hodierna, sem dúvida apoiada no pensamento existencial, nos tem fornecido dados antropológicos que, explícita ou implicitamente, nos levam a perguntar sobre o sentido da pessoa humana. A morte e a liberdade, a consciência e a culpa, o afeto e o ódio, tudo parece lançar o homem num mar de angústia e solidão. A comunicação absorve as maiores forças da humanidade, contudo, não se apercebe de que a angústia e os conflitos têm sua raiz na interioridade do próprio homem. Ele sabe que está a caminho da morte, entregue à aventura e ao risco da existência. Tenta desesperadamente encontrar-se com os outros. Palavras, gestos lhe são cada vez mais indispensáveis. Não importa qual o sentido que possam conter, o fundamental é que não haja silêncio. Age dominado por um medo obsessivo de criança pré-histórica assustada diante de uma tempestade. Reproduzimos, inconscientemente, na música, na poluição sonora, nas rodas de conversa uma atitude compulsiva. Nos diluímos e nos martirizamos para reproduzir o mesmo fenômeno tribal. É preciso que todos "toquem tambores" e gritem para que o espírito temido e vingativo não entre na "aldeia". Temos consciência de nossa fuga e de nossa culpa, pois canta-se: "Não posso parar, se eu paro eu penso, se eu penso... eu choro!" É aqui que se coloca a contribuição

deste livro. Diante do desespero e do terror humano uma só coisa faz-nos encontrar sentido na existência: *Deus*. A Psicologia como solução para os problemas humanos tem seus limites. Se muito, norma meu relacionamento com os outros ou conscientiza-nos dos nossos problemas, conflitos, etc. Porém a experiência básica que a pessoa humana faz de si como limitado, barrado pela liberdade e pelos direitos do outro, se escapar-se pela subjetividade e transcendência ao pleno conhecimento de si mesmo, de estar caminhando para a morte

ou leva a gritar o absurdo ou a apoiar-se em Deus. No diálogo chegamos a um momento em que o outro se me escapa e ambos somos devolvidos ao silêncio: é o mistério que somos. É, portanto, no Espírito que eu posso realmente descobrir no desconhecimento — o mistério; no sofrimento — o sacrifício; na dependência — a esperança; no outro — a salvação.

Creio que neste sentido este livro abre perspectivas de reflexão. Poderá ajudar pessoas de nível cultural médio.

Luiz Augusto Passos

DE MARGERIE, Bertrand: Cristo para o Mundo, 494 pp., 21 x 14 cm, Editora Herder, São Paulo, 1972.

Cristo não veio para condenar, mas para salvar este mundo, ferido pelo pecado humano.

"Cristo para o mundo" é uma obra baseada em pesquisas sérias, profundas. Fundamenta-se em documentos da Igreja, documentos conciliares, encíclicas papais, teólogos famosos, doutores da Igreja, na Sagradas Escrituras e é enriquecida pelas reflexões pessoais do autor.

O autor deu um curso de cristologia na seção de língua inglesa da Faculdade de Teologia da Universidade de Saint-Paul, em Otava (outono de 1967). Durante o referido curso abordou alguns problemas e autores da atualidade e julgou útil comunicar ao público e a seus colegas no magistério, católicos e outros, os frutos de suas pesquisas e reflexões, não só sobre as correntes atuais, mas também sobre outros aspectos, mais raramente abordados sob o mesmo prisma, da cristologia católica.

Serviu-se dum outro curso, dado na Faculdade de Teologia Cristo Rei, em São Leopoldo, RS, que lhe foi de suma utilidade para esta obra. Serviu-se dum curso de teologia, dado pelo professor de teologia dogmática, Jacques Depuis S. J., no escolasticado de Kurseong, Índia. O capítulo VI, é da Revista "Science et Esprit" de Montreal, publicado em janeiro de 1969, sob a forma de artigo.

Todos os temas tratados neste livro convergem para a Eucaristia Sacramento do Desenvolvimento, como de um modo muito feliz costuma o autor chamar este grande sacramento do amor.

E o autor explica por que definiu a Eucaristia assim: Ela é o sacrifício do desenvolvimento, no sentido que Cristo nela oferece a sua vida ao Pai para o êxito sobrenatural da aventura humana por Ele encabeçada. E, sendo assim, todo o universo humano, mesmo no plano natural, é beneficiário do sacrifício cruento do Redentor.

De Magerie inspirou-se para escrever esta obra, no discurso de Cristo que versa sobre o Pão da Vida (Jo. 6, 51), pois neste discurso estão escerradas as verdades eternas de que Cristo veio para salvar; veio como Salvador e não como Juiz. Veio para viver e crescer em cada pessoa e na humanidade inteira, para glória do Pai. A opção existencial pela fração cotidiana do Pão Eucarístico é uma opção sacrificial. Conduz à perfeição da abnegação e favorece o despojamento, condição do desenvolvimento pessoal e social. Para o católico a opção pelo desenvolvimento e a opção pela comunhão cotidiana são, pois, mutuamente iminentes, diz o autor.

Além do título já mencionado, esta obra possui um subtítulo: "O Coração do Cordeiro" sugerindo ao

leitor que, ao longo dessas páginas ele há-de encontrar várias alusões ao amor sacrificial do Senhor que ilumina e transfigura cada um dos aspetos cristológicos abordados nesta obra. Este subtítulo parece já dizer o que se quer afirmar no título: "Cristo para o Mundo", pois não é de fato, Cristo, o Cordeiro imolado que dá sua carne para a vida do mundo?

A primeira parte é uma tentativa de responder à pergunta: "Por que Jesus?" Toda visão de Cristo é comandada pela resposta trazida a esta pergunta.

Sabemos pelo Magistério da Igreja, norma próxima da verdade para todo cristão, que o Filho único do Pai se encarnou para Nossa Salvação.

Na segunda parte, o autor se pergunta: mas, em que sentido Teilhard, Bultmann e Bonhoeffer podem ajudar-nos a aprofundar a cristologia católica? Lacordaire, parece ter pronunciado a palavra decisiva: *discernir!*

Na terceira parte o autor perscruta mais de perto a missão do Cordeiro Pantocrator ou Senhor-de-tudo, a finalidade imediata e redentora de sua "inumanção" com seus prolongamentos históricos e sacramentais que são: a Igreja, nela compreendida o Papa, a Eucaristia e o Desenvolvimento. Cristo e Desenvolvimento são inseparáveis. O Cristo que a humanidade atual busca às apalpadelas é o Cristo vivo, presente, atuante. É o Cristo da Missa, do Tabernáculo, da Comunhão. Nesta parte da obra, de Margerie quer mostrar que o "Cristo para o Mundo está no mundo à procura (Cf. Jo. 4, 23) de homens que o adorem e adorem o Pai em espírito e verdade".

Faz suas as palavras de S. Agostinho a fim de exprimir o que tinha em mente ao escrever: "Empreendi... menos falar com autoridade de coisas que conheço, do que procurar penetrar-lhes o sentido, falando delas com piedade".

Discorda de S. Tomás que afirma que o Verbo não se teria encarnado caso o homem não pecasse.

Afirma, seguindo o pensamento de Duns Scot, que Cristo não é uma correção extemporânea no plano divino, mas o primeiro e, em certo sentido, o único pensamento de Deus. Se confessamos no Símbolo dos Apóstolos que o Filho de Deus se encarnou por nós, homens, não se quer dizer que o amor pelos homens foi o primeiro e supremo amor. Deus não quis Cristo unicamente para as criaturas mas, estas existem e são ameaças por causa de Cristo mais do que Ele existe e é querido por causa das criaturas.

Paulo VI, na audiência pública de 29 de março de 1972, referiu-se a este livro: "Cristo para o Mundo" citando a frase do autor: "ao recitarmos o Credo, na Missa, dizemo-lo claramente: ... por nós homens e para nossa salvação, desceu dos céus". ("L'Osservatore Romano", 2-4-1972, ed. port., p. 9).

Concluindo, pode-se dizer que "Cristo para o Mundo" é uma obra séria, elaborada conscientemente.

Que o leitor não procure neste ensaio uma cristologia sistemática, ou um tratado exaustivo dos problemas colocados. Nem é um estudo sistemático da teologia eucarística. Foi escrita para provocar ulteriores reflexões, que prolonguem esta obra principalmente sobre o que ela traz de original.

P. Inácio Bterdorf, S. J.

COSTA, Hécio Veiga — O Amor nas Quatro Estações — 253 pp., 21 x 14 cm, Edições Loyola, São Paulo, 1972.

"O Amor nas Quatro Estações" é uma compilação de: Sonetos, poemas, mensagens de alegria, canções, lições, epigramas, aforismos, poesias, reflexões e, sobretudo, trechos e frases da Bíblia. O autor,

professor Hécio, fez a seleção, tradução e adaptação.

Lendo esta obra tem-se a impressão de que o autor quer dizer e apresentar o seguinte: Se tudo que se percebe é percebido da ma-

neira de quem percebe, do mesmo jeito pode-se afirmar: tudo que se percebe é percebido conforme o estado psíquico, emocional no qual o sujeito se encontra quando percebe um fenômeno e se dá conta do mesmo.

No início da obra, mostra com textos bíblicos que o amor já existiu antes do tempo. O amor não teve começo nem terá fim. Este mesmo amor, porém, manifesta-se na pessoa de modos diversos. Bate em ritmos diferentes nos corações em inverno, primavera, verão e outono. E o amor passa nestas quatro estações num só dia. Se adapta aos sentimentos que perpassam o coração humano. É uma moeda corrente no reino de Deus.

Como sugere o próprio título: "O amor nas quatro estações", o livro está dividido nestas quatro grandes divisões.

Em cada uma das "estações" do amor, o autor imaginou como pode ser o amor quando se faz inverno, primavera... na alma da gente. Imaginou-as conforme os sentimentos que lhe perpassaram a alma e escolheu os versos correspondentes.

Os versos, poemas, sonetos... são adaptados às "estações" do amor. Por exemplo: entre os versos, sonetos... que estão sob o título: "Amor no inverno", à certa altura encontra-se o seguinte: "Quando estiveres velha, grisalha e sonolenta, cochilando ao pé da lareira, apanha este livro, lê, atentamente e recorda o terno olhar e as pro-

fundas olheiras que teus olhos tiveram outrora".

É uma obra que se lê refletindo e, na medida que se reflete, sente-se o coração palpitar de recordações.

O autor escolheu pensamentos de homens célebres tais como: Camus, Camões, Rahner, S. Agostinho, Thomas Merton, Hans Küng e tantos outros. É uma obra que agrada pela variedade, escolha de pensamentos e prima pela boa apresentação.

O livro não deve ser lido com espírito de curiosidade. Antes com espírito de quem quer fazer das coisas pequenas, insignificantes, algo de grandioso, algo de maravilhoso. Deve ser lido com espírito de quem quer saber, aprender, admirar as coisas que o cercavam desde que abriu os olhos à luz das sensibilidades.

A obra faz-nos apreciar o que possuímos. Encoraja-nos para alcançarmos o que não é fácil de se conseguir. Enfim, pode-se dele dizer que é uma obra que se torna amiga de todas as horas para quem teve a felicidade de conhecê-la. É uma força-motriz gerando idéias pessoais. Abre horizontes novos para os momentos difíceis da vida. Esta bela obra pode ajudar ao leitor a encontrar-se, a crescer no amor, na solidariedade, responsabilidade. Depende tudo do modo de ler estas páginas, cheias de sabedoria.

P. Inácio Beierdorf, S. J.

CENTRO DE ESTUDIOS DE LA CIVILIZACIÓN CONTEMPORÁNEA: La violencia en el mundo actual, tradução do original francês por Cristobal Robles, 208 pp., 20,5 x 11 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca (Espanha), 1972.

"La violencia es objeto de escándalo en nuestro tiempo... en que el progreso de la lucidez y de la ciencia... la conciencia de los valores... parecían afirmar-se en todos los ámbitos" (p. 9). E o mais paradoxal é que a violência tenha assumido formas odiosas e um refinamento cínico que a História jamais teria experimentado. Um

grupo de estudiosos tenta uma abordagem pluriangular da problemática. No primeiro artigo, tenta-se escalonar a tensão entre civilização e cultura, situando aí a causa profunda de nossa crise atual, onde a cultura não é mais autoconsciência da civilização, degenerando, pois, um clima de conflito. Conflito que leva a civilização ao limite de

patrocinar a patente de um robot; conflito que empurra a cultura para o regresso à condição infra-racional do homem. E então a História da Humanidade estaria diante de um terrível pesadelo de opção: ou o robot ou a selvageria? Esta situação violenta é analisada dentro da escondida arma de que se servem os violentos para ocultar a violência que oprime e reprime qualquer reação, seja em que nível for. Após estas duas abordagens, temos um grupo de analistas que fazem incidir sua reflexão sobre as manifestações violentas que se verificam no teatro de vanguarda e do absurdo, no cinema atual, desde os westerns até os filmes de guerra. É uma fina análise da violência da televisão. Como os meios de comunicação, particularmente a televisão, estão nas mãos da violência estabelecida, segue-se que aí está um instrumento feliz e "humanizante" de conservar o status quo: e dois são os mecanismos com os quais o telespectador pode "cair" na onda da programação dirigida: ou o compromisso, imitando o ator e atuar violentamente; ou o consentimento, saboreando a violência como um consumidor exigente, e

nunca satisfeito. Num terceiro grupo de abordagens, a mesma problemática é vista do ponto de vista de sua ressonância social: a violência e os conflitos sociais, a violência e não-violência entre os negros americanos, a violência e o terceiro mundo, culminando tudo com a "estabilização" da violência internacional, como a estrutura em que desgraçadamente temos que velejar. O último "presente" deste livro é um diálogo genial, em que as palavras violência e não-violência estão na mesa do júri: são discutidas, e tenta-se compreendê-las: "lo terrible, lo espantoso y lo que hace colgar sobre la cabeza de la humanidad un peligro mortal y perpetuo es la maldad de los buenos que se llama justicia, la justicia violenta, locura de la razón práctica..." (p. 194). Pois a imbecilidade hoje chegou ao clímax de que "a los que están fabricando la bomba atómica... se les cubre de oro" (p. 195). Aí está um livro sério, importante para as minorias lúcidas que ainda podem salvar (pelo menos o esperamos) a história caótica do universo em que vivemos!

José Martins Carvalho

Instituto Fe y Secularidad: *Fe y nueva sensibilidad Histórica*. XVIII Semana de Mistonología de Bériz, 478 pp., 19 x 12 cm, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1972.

A situação cultural transformase hoje, é o que todos estamos constatando. O Evangelho de Jesus Cristo, se quer continuar a ser a boa-nova, deve reencontrar as roupagens que o façam integrar-se na cultura de hoje, sem perder sua identidade, e sendo significativo para a existência dos homens que aí estão. A obra, que o Instituto Fe y Secularidad, de Espanha, nos oferece, constitui uma bela e rica panorâmica do novo mundo que nasce. Nos anos de 1968-69, o Instituto tinha como objetivo de suas atividades "el estudio del moderno proceso de secularización y de la inflexión atea de este mismo proceso;... el estudio de los presupuestos fundamentales de la pre-

sencia evangelizadora de la iglesia en un mundo en rápido proceso de cambio histórico". A obra apresenta os resultados deste trabalho. Não são artigos, mas são colocações de vários pensadores, cada um enfocando um aspeto da complexa realidade. Aí podemos encontrar a situação do pluralismo como um "reberto" da cristandade, e a secularização como sua expressão. Secularização que se entende como um processo de globalidade, embora culturalmente diferenciado. Apresenta-se-nos distinção, elaborada com muita precisão, entre religiosidade como "sentido de absoluto", como absolutizações de relativos, e as diversas formas religiosas, ou o corpo expressivo religioso.

Dentro de uma busca de aproximação da interpretação da secularização, encontramos uma colocação genial sobre os diversos modelos de análise teórica do fenômeno, com a respectiva crítica e apontamento de seus pontos deficientes e válidos. Neste horizonte, ainda é admirável uma análise da secularização desde o ponto de vista do judeu-cristianismo, tentando compreendê-lo retrospectivamente. Para a fidelidade a Jesus Cristo, portanto aos homens, é preciso, confessa um outro conferencista, aceitar o fato da secularização, compreender a secularidade e o secularismo, para aí tentar descobrir o ponto de inserção de Deus, como o inabarcável, o sempre novo, o totalmente outro.

Neste nível, deparamos com o problema de oração dentro de um contexto secular. Este "artigo" poderia merecer algumas tentativas de solução da problemática, o que não é oferecido, a não ser insinuado. E o livro finaliza com uma feliz colocação sobre a Evangelização ao mundo no mundo, com ponências bastante incisivas, e que ajudam a purificar o trabalho evangelizador, bem como a situá-lo dentro de um horizonte bem determinado. Creio que para os homens que estão angustiados com a dor do mundo de hoje e querem descobrir um caminho para se tornarem uma presença positiva, este livro é sem dúvida de inegável valor.

José Martins Carvalho

CARRÉ, A. M.: **Os olhos iluminados do coração**, tradução do original francês por M. Cecília de M. Duprat, (Coleção "Oração e Ação" - 13), 118 pp., 19 x 11 cm, Edições Paulinas, São Paulo, 1972.

O livro aborda temas centrais da vida cristã, que giram em torno da vida de fé, da vida de união com o Espírito Santo e de algumas outras atitudes do cristão em sua relação a Deus.

Na primeira parte, "A fé que é luz", o autor desenvolve diversos aspectos da vida de fé. Tendo mostrado concretamente a possibilidade de crer sem ter visto, em virtude da palavra de Deus, transmitida pelos outros, e do próprio dom de Deus, o autor apresenta atitudes importantes para viver a fé: interessar-se por Cristo, perguntar-lhe, apolar-se na fé, crer na fé. A seguir mostra a importância, para a vida da fé, de conhecer o cerne do seu conteúdo, de ter a atitude de "ouvinte" da palavra divina, e de como viver e testemunhar a fé nas obras. O conteúdo da Boa Nova está centrado em Cristo, que nos revela e faz viver a relação ao Pai e ao próximo. É possível viver a fé também no mundo de hoje, em meio a dificuldades, pois Deus sempre está presente. Os assuntos, desenvolvidos com brevidade, simplicidade e concreticidade, suscitam

interesse e são um estímulo para viver a vida de fé.

Na segunda parte, "Nosso guia de cego", o autor trata, de modo muito acessível e em conexão com a vida concreta, o inestimável dom dado aos cristãos: o dom do Espírito Santo na concreticidade dos dons da inteligência, da ciência, do conselho, do temor de Deus e da piedade. Dons dados por Deus ao cristão para viver a plenitude da vida cristã.

Na última parte, "Teresa, ou um olhar de criança", o autor aborda mais algumas atitudes do relacionamento do cristão com Deus: a da verdade (humildade), simplicidade e confiança. Este relacionamento a Deus integra o passado e o futuro para ser vivido, no amor a Deus e de Deus, no presente. Nesta última parte, além da fundamentação bíblica, o autor se serve do exemplo de Teresa do Menino Jesus.

Caracteriza-se o livro por estar orientado para a vivência de realidades fundamentais do cristianismo. Por este motivo não se encontrarão nele pesquisas ou reflexões

teológicas profundas. Movido de um otimismo evangélico e sadio, baseando-se nas sagradas escrituras, sem desconhecer as dificuldades hodiernas, o autor ajuda o lei-

tor a viver a vida de fé e de relacionamento a Deus no mundo agitado de hoje.

P. Claudio Luiz Bins, S. J.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura OFM: O Ser do Padre (Col. Teologia - 4), 204 pp., 21 x 13,5 cm, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1972.

O conhecido teólogo brasileiro, Frei Boaventura, apresenta neste livro reflexões sérias e ponderadas sobre o sacerdote e para os sacerdotes. A perplexidade e angústia de sacerdotes ante a concreticidade de seus ministérios e ante a própria identidade de sua existência sacerdotal é um fato. Nestas circunstâncias o livro pode prestar um bom serviço, pois o autor não deseja fazer profundas pesquisas sobre o sacerdócio e seu ministério, mas: "como teólogo quero apenas propor aos padres, que sinceramente buscam sua identidade, alguns elementos que me parecem ter um valor 'perenemente válido', para que tão preciosas pérolas não se percam na atual busca de novas formas de vida apostólica" (p. 7).

De suma importância para compreender o livro, como para compreender e viver a realidade sacerdotal, em meio às confusões reinantes, são as indicações do prefácio de Frei Boaventura, sobre a necessidade de distinguir, sem separar, o "ser do padre" dos "modos" de o sê-lo. Aprecia-se sumamente no livro o fato de Frei Boaventura ir procurar "o íntimo do ser do padre... na vontade e nas determinações do Senhor e de seus Apóstolos" e no que hoje nos ensinam os sucessores destes no Concílio Vaticano II e no Sínodo dos Bispos de 1971.

No primeiro capítulo: "A atual crise do padre", constata-se, mediante diversos sintomas, o fato da crise, que não é uma crise isolada, mas está em correlação com a crise em que vive a Igreja e o próprio mundo.

No segundo capítulo: "o sacerdócio ministerial cristão", Frei Boaventura apresenta, sucintamente, mas com ampla fundamentação

escriturística, a "teologia do sacerdócio ministerial". O autor vai às raízes últimas, — as únicas verdadeiras —, do ministério sacerdotal: o sacerdócio ministerial só pode ser compreendido e vivido à luz do "sacerdócio de Cristo", na "Igreja, comunidade sacerdotal", numa participação especial "do apostolado ou missão sacerdotal dos doze apóstolos", de forma que "o ministro do Novo Testamento é especialmente chamado e habilitado por Deus... para agir publicamente em favor dos homens na pessoa de Cristo".

No terceiro capítulo é abordado o tema da "vida espiritual do padre". Tendo indicado dificuldades relativas à espiritualidade sacerdotal, Frei Boaventura, baseando-se principalmente em "Presbyterorum Ordinis" do Vaticano II, indica alguns princípios fundamentais da Espiritualidade Sacerdotal.

Um capítulo é dedicado ao "celibato cristão do padre". Constatam-se as dificuldades encontradas pelos padres para viver alegremente o celibato. Mostra-se com clareza a determinação do magistério católico em só querer ordenar sacerdote a quem tiver optado pelo celibato. Finalmente, apresentam-se os valores evangélicos do celibato do sacerdote.

O capítulo quinto é dedicado à "possibilidade da ordenação presbiteral de homens casados". Apresentam-se as posições pró e contra esta ordenação, manifestadas oficialmente por Conferências Episcopais do mundo inteiro, por ocasião do Sínodo de 1971 e a conclusão do Sínodo relativa a este ponto.

"O padre e as atividades temporais" é o assunto do capítulo sexto. Tendo ressaltado a relação das "atividades temporais" com o "rei-

no de Deus", com a salvação sob diversos prismas, o autor aprofunda a missão própria do padre e sua relação às atividades temporais, na pluridimensionalidade da realidade que o cerca. Encontram-se neste capítulo indicações precisas, baseadas em documentos do Concílio e do Sínodo de 1971.

Os dois últimos capítulos apresentam o padre em suas relações com o Bispo e os demais padres. Analisadas as dificuldades das relações e suas causas mais profundas, o autor indica alguns princípios teológicos e algumas orientações práticas para o sacerdote (e também para o Bispo) viver a comunhão com o Bispo e os demais padres. Sem esta comunhão não há sacerdócio cristão.

Em apêndice transcrevem-se "o documento do Sínodo dos Bispos sobre o sacerdócio ministerial" e "as proposições doutrinárias sobre o sacerdócio ministerial", estas elaboradas pela Comissão Teológica Internacional.

O livro de Frei Boaventura, em sua concisão, clareza, fundamentação bíblica, conciliar e sinodal, sem desconhecer, pelo contrário, apresentando dificuldades concretas sobre a compreensão e vida do sacerdócio ministerial cristão, alcança o objetivo visado pelo autor: fornecer aos seus irmãos no sacerdócio pensamentos que descubram os valores cristãos do ministério sacerdotal, os valores perenes do "Ser do Padre".

P. Claudio Luiz Bins, S. J.

O'COLLINS, Gerald: **El hombre y sus nuevas esperanzas**, 197 pp., 19 x 12 cm, Sal Terrae, Santander, 1970.

Não é uma novidade, mas é preciso reafirmar que a Igreja e a revelação são ofertas que Deus faz à humanidade. Nos primeiros números de "Gaudium et Spes", a Igreja se apresenta modestamente como um serviço para aquelas pessoas que procuram a razão de sua existência.

O jesuíta americano Gerald O'Collins começa seu livro com um panorama de nosso mundo atual, no qual, a existência ou inexistência de metas e ideais verdadeiros poderá levar-nos ou para um autêntico progresso humano, ou para nossa própria auto-aniquilação. Seria paradoxal, diz o autor citando Manheim, que o homem, ao alcançar o mais alto grau de domínio racional da existência, ficasse sem ideais e se transformasse numa mera criatura impulsiva.

A esperança é a solução cristã ao problema transcendente do homem. Se autores de todos os tempos viram na esperança uma solução para fazer mais tolerável a vida, nosso autor, seguindo a tradição cristã, nos faz compreender claramente que a esperança cristã não é um desejo infundado numa vida melhor, nem uma negativa

enfrentarmos com uma frustração. A esperança cristã, diz O'Collins, é uma teoria revolucionária que oferece razões para a prática de uma vida profundamente esperançada.

Para fundamentar a sua tese o autor se baseia num argumento antropológico: esperar é humano. O homem é um ser em estado de crescimento, um ser incompleto, que perante a sua vida busca encontrar-se e integrar-se cada vez mais. Inquirindo, esforçando-se, planejando, evoluindo e esperando, o homem descobre o que realmente é, um ser que quer transcender sempre sua situação atual e que está comprometido com o futuro na busca incessante de identidade. Excluindo suas relações criadoras com o futuro, envolvidas de esperança e de temor, o homem ficaria reduzido a uma vida vegetativa e amorfa, carente de sentido e sem ela vital para o progresso. Perderia sua razão de ser e, em definitivo, deixaria de ser homem.

Mas, qual é a razão da esperança do cristão?

No AT os profetas, defrontados com o pecado e a desordem, apelam para a história das promessas de Deus. Deus prometeu e realizou as

promessas. Este reconhecimento serviria de fundamento da confiança do homem no futuro. Se até aqui Deus nos ajudou, nos ajudará sempre.

As promessas de Deus no AT evocavam esperanças particulares: a posse da terra prometida, o retorno da Babilônia, a chegada do Ungido de Deus. Com a presença e obra de Cristo chega definitivamente o futuro prometido (Mt 12, 28). Com Ele a promessa estende-se a uma ressurreição geral e à visão de uma terra nova e um céu novo.

A esperança cristã não carece de fundamento. Seu fundamento é a morte e ressurreição de Jesus Cristo. Pela ressurreição, Jesus se apresenta passando da esfera empírica deste mundo a uma forma nova de existência plena em Deus. Baseados no NT podemos dizer que a ressurreição de Jesus Cristo significa uma penetração numa nova forma de existência cheia do Espírito Santo, na qual é fonte de vida para a humanidade (2 Cor 3, 17; 1 Cor 15, 43 ss). Os primeiros cristãos ligam o sucesso pascal com o acontecimento da ressurreição geral. Na ressurreição de Cristo encontramos garantia de que encontraremos uma existência autenticamente humana em um cosmos transfigurado.

O autor descreve alguns aspectos importantes da esperança cristã: Esta esperança não é uma convicção ingênua de que tudo sairá bem, mas é uma afirmação de que o mundo e sua história têm um sentido. É a esperança de um povo nômade, que vai por um caminho que não pode repetir-se, e está atento a uma realidade radicalmente nova, que o espera no mundo e no indivíduo.

Uma objeção muito estendida

contra a esperança cristã é o fato de ter sido apresentada de uma forma quietista e paciente. Grande parte de nossa religiosidade popular conserva muitos rasgos deste tipo de esperança. Contra ela se rebelam, com razão, as ideologias que procuram uma conscientização e uma ação responsável na tarefa humana de construir o mundo. O autor demonstra detidamente que o preceito divino não consiste em fugir do mundo mas em transformar a terra. Nossa esperança cristã proporciona fundamentos sólidos para uma ação social e um engajamento autêntico, mais sólidos do que qualquer outra doutrina. O cristão será aceito na vida eterna, que espera, porque quando encontrou um faminto lhe deu de comer e não porque lhe pregou paciência. Em realidade, ignorar, menosprezar e abandonar a terra é ignorar, menosprezar e abandonar a Deus. Traímos a esperança cristã sempre que empregamos a promessa de um mundo melhor futuro como meio para criar uma resignação passiva ante o mal atual.

O autor conclui que a religião e a esperança cristã implicam a libertação do mal presente para construir o futuro. Desde as primeiras palavras de Jesus encontramos um chamado à conversão, quer dizer, a sair de si, a renascer, a trocar o homem velho pelo homem novo, a aceitar a abertura que leva para o futuro. Tudo isto leva o cristão a lutar por humanizar mais a sociedade e criar condições mais justas.

O livro de Gerald O'Collins está bem fundamentado e apresenta boas argumentações para discernir a verdadeira esperança cristã de suas falsificações, dando assim ao leitor bases sólidas para um aprofundamento de sua esperança.

Domingos Martínez de Pisón

SCHLÖSSER, F.: *Uma Igreja para o Mundo*. Tradução do original alemão de Silvino Arnhold, S. J. (Coleção "Nossa Fé" — Teologia para leigos - 5), 170 pp., 21 x 14 cm, Edições Loyola, São Paulo, 1972.

Existe uma teologia para leigos? A pergunta não pode ser simplesmente respondida no nível da lin-

guagem. Quer dizer, ao meu modo de ver, a pura "tradução" da teologia escolástica na linguagem do

homem da rua não seria suficiente para formar uma "teologia para leigos". Aí é onde tem fracassado não poucas tentativas bem-intencionadas de autores relativamente modernos. É necessário não ficar apenas no problema formal da linguagem, mas penetrar mais profundamente, até o cerne substancial das questões propostas e do seu peso relativo. Numa teologia para leigos é necessário que se levem em conta as angústias e as esperanças do homem comum da nossa época; que lhe seja oferecida uma pista para a solução dos seus questionamentos fundamentais sobre a vida, o mundo, o futuro e, em definitiva, sobre Deus. A coleção "Nossa Fé" pretende caminhar nessa direção. E, embora não possamos afirmar que seja uma obra definitiva, apresenta, contudo, uma visão panorâmica completa, atual e palpante que poderia interessar aos leigos de hoje. Por isso, os seus dois primeiros volumes ficam num campo de conhecimentos que poderíamos chamar filosófico (incluindo, é claro, a filosofia das religiões), enquanto os três últimos se voltam para o especificamente teológico. A impressão que a leitura dos cinco volumes originais me fez foi a de uma tentativa muito bem sucedida.

Agora, as Edições Loyola lançam esses cinco volumes em tradução portuguesa. O volume que tenho diante, embora cronologicamente seja o segundo a ser publicado, constitui o 5.º da coleção e se ocupa da Igreja. Teria sido excessivamente fácil comentar a Constituição "Lumen Gentium", do Concílio Vaticano II. Em lugar disso, Schlösser procurou ir adiante no desenvolvimento da problemática eclesial. O primeiro capítulo toma uma perspectiva histórica como ponto de partida, não pelo puro prazer de rememorar tempos e pessoas do passado, mas para fazer-nos tomar consciência da grande corrente da salvação, na qual nos encontramos inseridos e para deduzir daí a necessidade de um engajamento temporal e espacial, não só do cristão individual, mas da Igreja como um todo. Para quem, porém, pensasse

numa mutabilidade absoluta, seguindo o vaivém da história, o capítulo segundo mostra o centro e o ponto de partida de qualquer concepção da Igreja: Cristo. É realmente empolgante, a este respeito, o modo de Schlösser apresentar a dialética da união e a distinção entre Cristo e a Igreja, sob as figuras paulinas corpo-esposa. Falando da "vida concreta da Igreja", o autor traça em poucas palavras um tratado resumido dos sacramentos, talvez excessivamente resumido. O terceiro capítulo se ocupa da organização eclesial, centrando a sua visão nos aspectos de serviço e de unidade. Isto lhe dá ensejo para uma apresentação clara e precisa do problema ecumênico. Incidentalmente, cá e lá, vão surgindo, no entanto, questões sobre a diversificação da liturgia, o sacerdócio da mulher, a democracia na Igreja e o ministério sacerdotal no futuro. Em todas elas, Schlösser se mostra aberto para os problemas atuais e fiel aos dados seguros que a Igreja foi colocando como indicadores, ao longo da sua caminhada histórica.

Mas, talvez, o capítulo mais importante e específico deste livro seja o quarto, porquanto nele trata o candente problema da missão da Igreja perante o mundo. É evidente que se a Igreja tem alguma razão de ser é voltada para o mundo, e precisamente para um mundo não especificamente cristão. No momento em que esse mundo desaparece não haverá mais Igreja, mas estará estabelecido "o Reino". A missão da Igreja é procurada pelo autor nessa linha: não se trata de trazer os homens à Igreja, mas de levar a Igreja a eles. "Cristo deverá tomar forma no mundo" diz Schlösser, mas "é através dos cristãos que surge no mundo a comunidade de Cristo". Este capítulo abre assim uma tarefa imensa para todos os que levam o nome de cristão, não apenas para os padres ou os religiosos. Por isso, a Igreja que Schlösser nos apresenta é uma "Igreja para o mundo".

Jesus Hortal, S. J.

É o método científico o único guia seguro para chegar à verdade? É o homem apenas um complexo mecanismo bioquímico? Como pode Deus atuar no mundo se este tem leis próprias? A resposta a estas perguntas constitui o tema de discussão deste livro, distribuída em três partes: I. a religião e a história da ciência (capítulos 2-5); II. a religião e os métodos da ciência (capítulos 6-9); e III. a religião e as teorias da ciência (capítulos 10-13). O autor começa, pois, mostrando até que ponto as maneiras de ver a Deus e ao homem foram alteradas, durante o século XVII (cap. 2), pelas perspectivas, em mutação, concernentes à relação de Deus com a natureza e à relação do homem com a natureza. E a interpretação destas relações foi, evidentemente, influída pelas novas idéias acerca do caráter da natureza, dos meios de conhecer a natureza e a Deus. Indica, ainda, as aproximações levadas a cabo pelo pensamento medieval, por Galileu e por Newton. Sob o título: "Deus e natureza no século dezoito" (cap. 3) o autor dá alguns exemplos do movimento empenhado em entender para outras áreas do pensamento o ideal da racionalidade, tão poderosamente demonstrada pela física newtoniana. A visão predominante de Deus foi, primeiramente, teística. Mas um crescente grupo de céticos rechaçou todos os conceitos de Deus e se pôs a defender filosofias atéias e materialísticas. A nova maneira de ver o homem, no entanto, foi otimista; é o século que confiava na perfeccionabilidade humana por meio da razão... e a reação não podia deixar de aparecer: a "reação romântica" que se manifestou nas artes, no pletismo e no metodismo. Também não faltaram "respostas filosóficas" que procuravam delinear uma compreensão entre ciência e religião (Hume e Kant). O capítulo seguinte tem por panorama o século XIX. Inicia com as contribuições de Darwin e seus predecessores

no plano científico (biologia) para depois discutir os temas teológicos levantados pela teoria da evolução: o desafio à finalidade e à ordem no mundo, a ameaça da dignidade do homem, a autoridade da Bíblia e a ambigüidade das tentativas por derivar normas éticas da evolução. Finalmente discorre sobre "correntes divergentes na teologia" católica e protestante. O último capítulo desta primeira parte: "Religião e ciência no século XX" é dirigido a leitores não tão familiarizados com os recentes progressos da filosofia (positivismo, análise de linguagem, existencialismo, filosofia do processo) e da teologia (neo-ortodoxia e liberalismo). Cada um destes pontos de vista conduz a uma maneira distinta de considerar as relações existentes entre a religião e a ciência. A discussão e a crítica destas escolas é feita na seqüência dos restantes capítulos, cujo cenário é o século XX (cf. p. 143). No início da segunda parte (cap. 6) o autor começa dizendo que para muita gente o desafio das crenças religiosas, nos dias de hoje, não provém de um conflito de conteúdo entre religião e ciência, mas sim da hipótese de que o método científico é o único caminho para chegar à verdade. Desta maneira o interesse pelos temas de discussão metodológicos contém implicações de longo alcance para a perspectiva do homem contemporâneo. O exame das interpretações dos métodos da ciência, subministrará uma base de comparação nos capítulos subsequentes com os métodos da religião. Com isso ficarão patentes as iluminadoras semelhanças como também as surpreendentes diferenças nas aproximações epistemológicas dos dois campos. Examina ainda a interação existente entre o experimento e a teoria e os critérios empregados na valorização das teorias; também discute o lugar da dedução, indução e imaginação criadora. E sob o título de "comunidade científica e sua linguagem"

(p. 184) põe em relevo o contexto coletivo da investigação e o emprego de analogias e de modelos no pensamento científico. Sublinha o caráter simbólico dos conceitos físicos modernos, que não podem ser considerados como descrições literais da realidade. E conclui o capítulo com as questões em que se debatem os filósofos: se uma teoria deve ser considerada como um resumo de dados (positivismo), um instrumento proveitoso para o controle e predição (instrumentalismo), uma estrutura mental (idealismo) ou uma representação do mundo (realismo). O autor propõe um realismo crítico que sustenta que a meta da ciência é a de entender a natureza e não simplesmente de controlá-la e fazer previsões. Nos capítulos oitavo e nono faz uma comparação entre os métodos da religião e os métodos da ciência. Examina inicialmente (cap. 8) algumas semelhanças que há entre a ciência e a religião, incluindo a interação existente entre experiência e interpretação, o papel da comunidade e de seus paradigmas e o emprego de símbolos, analogias e modelos. Segue análise da implicação pessoal e da fé religiosa. E a religião bíblica depende de acontecimentos históricos particulares, o que faz com que a religião e a ciência se distingam. Esta diferença, no entanto, diminui, se se admite que não existe revelação não interpretada. Cumpre perguntar, agora (cap. 9), diz o autor, se existe um critério na religião como o há na ciência que permita comprovar estas interpretações. Para responder a esta questão começa por uma resenha das recentes discussões dos filósofos sobre este assunto: Positivistas (pelo "princípio da verificação" rejeitam todas as afirmações religiosas como carentes de significação) e os analistas da linguagem (para os quais a linguagem religiosa serve para funções legítimas mas, predominantemente, não cognoscitivas). Mais adiante (p. 299) discute a aplicação dos critérios de coerência, do grau de extensão para a evidência. Critica as interpretações

naturalísticas da religião em função destes critérios. Indica também as limitações de todo o processo de valorização, na religião, e os perigos que surgem quando se identificam crenças religiosas com um sistema metafísico qualquer.

Na terceira parte do livro o autor se ocupa da ciência enquanto ela constitui um grupo particular de teorias que constituem o conteúdo do atual conhecimento científico. Considera as implicações das teorias na física e biologia. Começa, pois (cap. 10), descrevendo os novos esquemas conceptuais com os quais se representa a estrutura da matéria na física quântica; expõe o princípio da complementaridade de Bohr e o princípio de indeterminação de Heisenberg. Mais adiante argumenta que a teoria quântica possui um considerável significado para a epistemologia, mas não proporciona justificação para o positivismo. Apresenta ainda três escolas de pensamento entre os físicos que atribuem a incerteza atômica, respectivamente, à ignorância humana de causas detalhadas, às limitações conceptuais do pensamento humano, ou à indeterminação objetiva da própria natureza. E conclui o capítulo afirmando que o conceito de liberdade não pode ser identificado nem com o determinismo nem com o azar (acaso), mas que deve ser derivado da análise da pessoa (humana) enquanto agente. Sob o título "A vida e a mente" (cap. 11) examina: a) a evidência recente a respeito da base física da vida e da mente (DNA e fisiologia do cérebro); b) o problema da redução dos conceitos biológicos ou conceitos físico-químicos; c) e conclui que as explicações teleológicas e as explicações causais não se excluem. No capítulo 12, depois de um breve sumário da nova evidência científica, examina as formas contemporâneas de diferentes perspectivas teológicas. Sob o subtítulo "o teísmo tradicional e a doutrina da criação" apresenta os pontos de vista dos católicos romanos e dos neortodoxos acerca da evolução e de sua relação com a Escritura.

Depois expõe as novas formulações do argumento teleológico da autoria de Du Nouy, Henderson e Tennat. E por fim disserta sobre a ética evolucionística defendida por Huxley e criticada por Simpson e Toulmin. "Deus e a natureza" é o título do último capítulo. Depois de colocar a questão básica: "como pode Deus atuar no mundo se este é governado por leis científicas"?, apresenta três respostas: a) Deus como soberano absoluto da natureza; b) Deus como transformador da existência pessoal, do ponto de vista existencialista; e c) Deus, enquanto influencia sobre o processo do mundo. Aqui, Deus, como na primeira resposta, continua onipotente; mas sua absoluta soberania é restringida e a imanência recebe maior relevo dentro do processo.

Como transparece das linhas acima, o objetivo principal desta nota não foi tanto apresentar os lados negativos, em que se sublinham as omissões, o tratamento insatisfatório deste ou daquele ponto, falhas que se podem apontar em qualquer obra, nem enfatizar as valiosas contribuições em diversos campos desta área tão pouco explorada pelos teólogos, qual seja a problemá-

tica existente entre ciência e religião, mas sim apresentar o arcabouço, a estrutura desta obra de Barbour. Este livro deveria estar sobre a mesa de todos os professores de teologia, principalmente daqueles que lecionam os temas teológicos relacionados com o clássico tratado "De Deo creante". Assim, em vez de alunos e mestres se ocuparem, até o fastio, com pensamentos menos ortodoxos de correntes teológicas que hoje têm pouca ou nenhuma repercussão, talvez se tome contato mais íntimo com os problemas trazidos pela ciência. Lendo este livro ver-se-á que não é só o evolucionismo que traz problemas, mas também a análise de linguagem, a metodologia científica, as filosofias materialistas e atéias, que partem de dados da ciência, etc. Tudo isso para proclamação mais luminosa do Evangelho. Por isso esse livro também merece a atenção daqueles cristãos que vestem o avental branco... Antes de finalizar não se pode deixar de mencionar o resumo e as conclusões que o autor tira ao final dos capítulos, conclusões muito sugestivas e valiosas.

Guido Edgar Wenzel